

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

YANA PAULA PEREIRA

**MOBILIDADE ACADÊMICA: UM ESTUDO COMPARATIVO NO CONTEXTO DE
INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

CRICIÚMA

2016

YANA PAULA PEREIRA

**MOBILIDADE ACADÊMICA: UM ESTUDO COMPARATIVO NO CONTEXTO DE
INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Izabel Regina de Souza

CRICIÚMA

2016

YANA PAULA PEREIRA

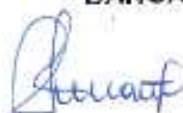
**MOBILIDADE ACADÊMICA: UM ESTUDO COMPARATIVO NO CONTEXTO DE
INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Izabel Regina de Souza

Criciúma, 22 de 06 de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Izabel Regina de Souza – Mestre – UNESC - Orientador



Prof. Jaime Dagostim Pícolo - Mestre - UNESC



Prof. Thiago Henrique Almíno Francisco - Mestre - UNESC

CRICIÚMA

2016

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Deus pela capacidade intelectual que me permitiu alcançar e concluir várias metas.

Agradeço especialmente à minha orientadora pela orientação e paciência, por ter conduzido tão bem o desenvolvimento desta pesquisa e ter depositado em mim confiança para a realização deste trabalho.

Meus agradecimentos também ao setor de Relações Internacionais de ambas as Universidades estudadas e seus respectivos gestores pelas entrevistas, e funcionários pelo fornecimento de informações e dados e também pelo grande apoio prestado.

Estendo minha gratidão aos acadêmicos da instituição brasileira e portuguesa que se disponibilizaram para responder o questionário da pesquisa e que muito contribuíram com o trabalho.

Por fim, agradeço a todos os amigos que me ofereceram um apoio e ajuda indispensáveis para a realização e conclusão deste trabalho.

RESUMO

PEREIRA, Yana Paula. **Mobilidade acadêmica: um estudo comparativo no contexto de instituições universitárias**. 2016. 83 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Este trabalho teve como objetivo identificar quais as convergências encontradas nas ações de mobilidade acadêmica em duas instituições de educação superior de diferentes países. Em relação à metodologia utilizada, para fins de investigação a pesquisa caracterizou-se como descritiva, e quanto aos meios de investigação, caracterizou-se como pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A população-alvo do trabalho foram os gestores das instituições de ensino e os acadêmicos que realizaram mobilidade acadêmica de 2006 a 2015. Para esta pesquisa, os dados foram oriundos de dados primários e secundários, e a técnica de coleta de dados foi quantitativa e qualitativa, havendo dois instrumentos de coleta de dados: um questionário aplicado via *Google Docs* enviado via e-mail para os acadêmicos da população-alvo e uma entrevista semi-estruturada com os gestores dos setores de Relações Internacionais das instituições com questionário semiestruturado. Foi realizada análise do discurso quanto a abordagem qualitativa, e análise estatística para a abordagem quantitativa. A pesquisa permitiu com que os acadêmicos sugerissem melhorias para suas Instituições de ensino a partir de suas percepções das políticas de mobilidade da instituição. Averiguou-se que as convergências encontradas nas ações de mobilidade acadêmica em duas instituições de educação de diferentes países são principalmente os acordos bilaterais que ambas possuem com instituições estrangeiras, além de ambas conseguirem contemplar alguns acadêmicos com bolsas de programas de mobilidade e possuírem o mesmo perfil de acadêmicos que realizam programas de mobilidade.

Palavras-chave: Mobilidade Acadêmica. Internacionalização. Universidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Evolução do Número de Ingressantes na Educação Superior de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil 2003-2013..... | 23 |
| Figura 2- Estudantes Internacionais inscritos nas instituições de ensino superior (2012/2013)..... | 31 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Mestrados e Doutorados do Programa Erasmus Mundus (2005 – 2013). | 30 |
| Quadro 2 - Bolsas Concedidas pela CAPES e pelo CNPq por país no Programa Ciência sem Fronteiras. | 34 |
| Quadro 3 - Estruturação da População-Alvo. | 41 |
| Quadro 4- Entrevista com os gestores dos setores de Relações Internacionais das Instituições em estudo..... | 48 |
| Quadro 5 - Perfil dos acadêmicos da Instituição A que realizaram mobilidade acadêmica. | 51 |
| Quadro 6 - Perfil dos acadêmicos da Instituição B que realizaram mobilidade acadêmica. | 52 |
| Quadro 7 - Respostas individuais dos acadêmicos da Instituição A. | 53 |
| Quadro 8 - Respostas individuais dos acadêmicos da Instituição B. | 59 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Alunos matriculados no ensino superior: total e por subsistema de ensino. | 26 |
|---|----|

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF - Ciência sem Fronteiras
DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas do Ensino e da Ciência
DGES - Direção-Geral do Ensino Superior
ECTs - *European Credit Transfer System*
EEES - Espaço Europeu de Ensino Superior
ENEN - Exame Nacional do Ensino Médio
ENQA - Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior
EUA - Associação das Universidades Europeias
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC - Ministério da Educação
OCDE - Cooperação Económica e Desenvolvimento
ONGs - Organizações Não Governamentais
PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo
PROUNI - Programa Universidade para Todos
UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UALG - Universidade do Algarve

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA | 14 |
| 1.1 OBJETIVOS | 15 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 15 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 15 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA | 15 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 17 |
| 2.1 O CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR | 17 |
| 2.1.1 História da Universidade | 17 |
| 2.1.2 Educação Superior no Brasil | 19 |
| 2.1.3 Educação Superior em Portugal | 23 |
| 2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR..... | 26 |
| 2.2.1 Internacionalização no Espaço Europeu | 29 |
| 2.2.2 Internacionalização do Ensino Superior Brasileiro | 32 |
| 2.3 OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA MOBILIDADE ACADÊMICA | 35 |
| 2.3.1 Desafios | 35 |
| 2.3.1 Oportunidades | 37 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 39 |
| 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA..... | 39 |
| 3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO..... | 41 |
| 3.2.1 Amostragem | 41 |
| 3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS | 42 |
| 3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS | 44 |
| 4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA | 46 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES..... | 46 |
| 4.1.1 Instituição A | 46 |
| 4.1.2 Instituição B | 47 |
| 4.2 ENTREVISTA COM OS GESTORES | 48 |
| 4.3QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO, APLICADO EM ACADÊMICOS QUE REALIZARAM MOBILIDADE ACADÊMICA | 50 |
| 5 CONCLUSÃO | 70 |

| | |
|-------------------------|-----------|
| REFERÊNCIAS..... | 74 |
| APÊNDICE A..... | 79 |
| APÊNDICE B..... | 81 |

1 INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização do ensino superior está se tornando cada vez mais importante para a sociedade em geral. Este processo é realizado há décadas, desde que as universidades começaram a ser formadas por professores de diferentes países, permitindo que compartilhassem seus conhecimentos e adquirissem mais do país em que estavam lecionando. Atualmente, a mobilidade acadêmica é de extrema importância, visto que a globalização estreitou os laços entre os países e quebrou barreiras, fazendo com que o conhecimento de cada região ou país seja levado para outras partes do mundo (DUARTE; DE LIMA JÚNIOR; BATISTA, 2008).

A competitividade entre os profissionais está aumentando cada vez mais, assim como o avanço tecnológico e a globalização da economia, o que gera a necessidade das pessoas possuírem uma ótima formação profissional para se destacarem e se tornarem ótimos profissionais, e as instituições de ensino superior estão encarregadas de oferecer isso (RABOCH; DOMINGUES, 2008).

Além de a globalização exigir mais qualidade na formação do profissional e dificultado de certa forma seu sucesso na carreira profissional, por conta dos inúmeros avanços e dificuldades encontradas na economia atualmente, ela fez com que os países se ligassem de alguma forma no quesito educacional, fazendo com que a internacionalização do ensino ocorra mais facilmente (VILALTA, 2012).

A internacionalização do ensino pode ser alcançada de diversas formas, como por exemplo pela mobilidade acadêmica, pela contratação de professores de diferentes países, pela investigação científica e tecnológica formada por cooperações entre países, entre outros. Há inúmeros acordos entre instituições de diferentes países, acordos entre governos, bolsas oferecidas pelos países, organizações e cooperações internacionais que possuem o objetivo de internacionalizar o ensino, permitindo o compartilhamento e transferência de conhecimentos e experiências entre diferentes países (STALLIVIERI, 2002).

Por ser um tema tão importante atualmente e por abranger um nível mundial, pressupõe-se que este trabalho será de grande importância para a Instituição A, visto que serão identificadas as convergências encontradas entre as ações de mobilidade acadêmica da mesma e da Instituição B, localizada em Portugal, analisando o processo de internacionalização entre as duas universidades.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

As instituições de ensino superior, atualmente, se deparam com a responsabilidade de se adequar às transformações provenientes da globalização e oferecer uma capacitação profissional à altura do que é solicitado no mercado de trabalho, visto que “são locais de criação e transmissão do saber, do conhecimento e inovação, sendo as propulsoras do desenvolvimento social, econômico e cultural de uma sociedade” (CABRAL; SILVA; SAITO, 2011, p. 02). Assim sendo, nota-se a importância da internacionalização do ensino na formação de novos profissionais.

As Universidades ao redor do mundo, por estarem atuando em diferentes países, estão sob diferentes legislações, culturas e estruturas de ensino, e conseqüentemente essas diferenças afetam suas políticas de internacionalização do ensino. Esta situação representa uma questão de pesquisa para os governos dos países, órgãos e instituições engajados em promover programas e acordos internacionais com instituições de outros países, para ambas as universidades, seus respectivos departamentos de relações internacionais e todos os interessados na internacionalização do ensino superior, sejam eles alunos, professores ou apreciadores do tema.

A Instituição A, localizada no Brasil, é uma instituição de ensino que também se preocupa em preparar seus alunos para o mercado globalizado, assim capacitando os mesmos da melhor forma possível, tem como uma das formas de investimento a internacionalização de seu ensino, com a mobilidade acadêmica, por meio de bolsas de estudo ou acordos com instituições de ensino de outros países. A Instituição B, localizada em Portugal, é uma destas instituições com a quais a Instituição A possui acordo e são realizadas algumas mobilidades acadêmicas.

Por fim, o projeto terá como situação problema: "Quais as convergências encontradas nas ações de mobilidade acadêmica em duas instituições de educação superior de diferentes países?", com o propósito de estudar os processos de internacionalização do ensino entre as duas universidades localizadas em diferentes países.

1.1 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar quais as convergências encontradas nas ações de mobilidade acadêmica em duas instituições de educação superior de diferentes países.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar as universidades que são os objetos do estudo e suas políticas de mobilidade estudantil;
- b) Analisar o perfil dos estudantes que estão em processo de mobilidade acadêmica;
- c) Apresentar a política de internacionalização das instituições em estudo;
- d) Conhecer a percepção dos estudantes em mobilidade sobre as políticas institucionais desenvolvidas pelas instituições;
- e) Comparar as políticas de mobilidade a partir da percepção dos estudantes envolvidos.

1.2 JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de identificar quais as convergências encontradas nas ações de mobilidade acadêmica em duas instituições de educação superior de diferentes países, a realização do trabalho é **importante** para as instituições de ensino superior, sendo **relevante** principalmente para a Instituição A, que será estudada durante o trabalho e está fazendo esta captação de alunos de outros países e enviando seus alunos para universidades estrangeiras.

É **interessante** para a pesquisadora que já vivenciou um período de mobilidade acadêmica e pode contribuir com experiências para a pesquisa. É **oportuno** também do ponto de vista econômico, pois no cenário de crise em que o país se encontra, a vinda de estudantes ajuda a movimentar a economia, assim como o fato de os estudantes brasileiros terem a oportunidade de vivenciarem uma cultura estrangeira que pode beneficiar o Brasil nas relações com outros países

futuramente, além de terem uma formação diferenciada, trazendo novas técnicas e conhecimentos para o país.

O estudo apresentou-se **viável** visto que atualmente as instituições de ensino superior estão passando cada vez mais pelo processo de internacionalização do ensino. Este fenômeno, por ser tão relevante no cenário mundial, é um importante tema para ser estudado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Pinheiro (2010), a fundamentação teórica apresenta as ideias de obras estudadas, oferecendo suporte teórico para análise e estudo das informações relacionadas ao tema pesquisado que foram coletadas.

Assim sendo, com base em outros autores, no presente capítulo procura-se apresentar e contextualizar o tema que norteia a pesquisa.

2.1 O CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.1.1 História da Universidade

A universidade possui um importante papel social, gerando e transmitindo o conhecimento humano pelo mundo. As primeiras instituições surgiram ainda durante a Idade Média, na Europa Ocidental, e aos poucos disseminaram-se pelos demais países do mundo (BOHRER *et al*, 2008).

Tomando como base o que autores como Santos e Almeida Filho (2012), Rossato (2011) e Bohrer *et al*(2008), que escrevem sobre a universidade e suas origens, as primeiras universidades surgiram durante o século XI, sendo a de Bolonha a mais antiga, fundada em 1088, e a Universidade de Paris, criada no século XII, no ano de 1090 ou 1170 (data incerta). De acordo com Santos e Almeida Filho (2012, p. 30):

A universidade foi *reinventada* na Europa Ocidental há quase mil anos. Constituiu-se no contexto do renascimento comercial e urbano do início do segundo milênio, em consequência do qual se havia assistido a um aumento extraordinário do número de escolas secundárias catedráticas que se espalharam por todo o continente, e ao surgimento de estruturas de ensino de tipo corporativo, incorporando a representação de interesses comuns de estudantes e professores, formalmente reconhecidas através de bulas papais ou de cartas de outorga de imperadores e de reis.

Segundo Rossato (2011), pelo fato de a universidade ter surgido no regime de cristandade, a visão e concepção catolicista prevaleceu e influenciou a estrutura social da época, inclusive a universidade, que surgiu como corporação (como era chamada a organização social típica deste período). Esta corporação nasceu dependente da igreja católica, que determinava seus modelos e objetivos.

A Universidade de Paris, considerada a mais importante, foi usada como

exemplo para as outras instituições, e foi desenvolvida diante dos regulamentos religiosos. Conhecida por receber alunos de todas as nações, possuía o reconhecimento do Papa, através da bula papal, e devido a sua localização geográfica e a presença da administração real, se tornou cada vez maior e mais importante (ROSSATO, 2011).

Na Espanha a primeira Universidade fundada foi a de Salamanca (1218), pelo Rei Afonso IX de Leão. Já em Portugal, a Universidade de Coimbra é a mais antiga, fundada em 1290 por Dom Diniz, e na Inglaterra, é a Universidade de Oxford, que iniciou suas aulas em 1096. Aos poucos, as universidades foram se espalhando pela Europa, contabilizando 50 instituições no ano de 1500 (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

As instituições universitárias são tão importantes que influenciaram alguns fatos históricos. Pode-se citar como exemplo a contribuição das universidades alemãs para a Reforma Protestante no século XVI e a união de membros e alunos da Universidade de Paris, que juntos formaram a Companhia de Jesus no período de Contra-Reforma.

Alguns autores dividem a origem e história das instituições universitárias em períodos, como é o caso de Trindade (2000), que a dividiu em quatro partes: *i)* Do século XII até o Renascimento, onde nasceu o modelo da universidade tradicional seguindo os exemplos de Paris e Bolonha, e se expandiu sob proteção da igreja em toda a Europa; *ii)* A partir do século XV, quando a universidade renascentista sente efeitos da Reforma e Contra-Reforma; *iii)* Compreende a partir do século XVII, no qual houve descobertas científicas em várias áreas do conhecimento, e se estende até o iluminismo do século XVIII, no qual a universidade iniciou a institucionalização da ciência; *iv)* Tem início no século XIX, com a implantação da universidade estatal moderna, introduz uma relação Estado – Universidade que não havia anteriormente, e que se mantém até os dias atuais.

Quando surgiu o ensino superior, só tinham acesso ao mesmo os grupos de elite. Porém esta condição mudou depois da Revolução Industrial, visto que o conhecimento se tornou importante no processo produtivo e a educação passou a ser incentivada para que assim os trabalhadores, depois que adquirissem o conhecimento, produzissem mais (LAUS, 2012).

Na América Latina as universidades surgiram no início do século XVI em países como Peru, México, Cuba, Chile e outros países, e funcionavam de acordo

com o sistema universitário espanhol. A primeira delas foi fundada no Caribe, e segundo Trindade (2000, p. 123), "a primeira universidade (Santo Domingo, 1538) inspirada no modelo de Salamanca e até fins do século XVII se constituiu uma rede de mais de uma dezena de instituições 'públicas e católicas'".

Dezenove universidades foram criadas na América Latina até o final do século XVIII, e outras trinta e uma no século XIX (ROSSATO, 2005).

2.1.2 Educação Superior no Brasil

No Brasil, houve uma resistência à implantação de instituições de ensino superior. Como era colônia de Portugal desde a descoberta em 1500, viveu sob o regime imperial até 1922, quando houve a Proclamação da República. Inicialmente, durante este período, os únicos ensinamentos na Colônia eram relacionados à expansão da fé católica na mesma. Santos e Almeida Filho (2012, p. 117) comentam sobre a proibição de instituições de ensino superior no Brasil, dizendo que:

Somente a educação superior religiosa era parcialmente permitida, circunscrita aos Estudos Gerais dos colégios dos Jesuítas, primeiro em Salvador e depois em Minas, Rio e São Paulo. Os filhos de aristocratas e funcionários de alta-hierarquia em busca de educação superior, por obrigação ou opção, normalmente eram enviados à Universidade de Coimbra, em Portugal, para completar os estudos e colar grau de Doutor em Leis ou em Teologia.

A Companhia de Jesus foi responsável pela educação religiosa da Colônia de 1549 a 1759, ano em que os padres jesuítas, que não admitiam o controle do governo português, foram expulsos do Brasil. Somente a partir de 1808, no início do Período Monárquico, com a chegada da Coroa Portuguesa à Colônia, houve mudanças significativas na educação superior. Porém, ao invés da implantação de universidades, o Brasil optou pela implantação do ensino superior profissional, em que estavam inclusas algumas faculdades e escolas estatais, como a de Direito em Olinda e São Paulo, Medicina em Salvador e no Rio de Janeiro (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Em 1810 foi fundada a Academia Real Militar, que mais tarde se tornou a Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Claramente nota-se o interesse em formar apenas médicos, advogados e engenheiros, voltados para a elite da época (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Em 1822 ocorreu a Independência do Brasil, e sua Constituição foi

outorgada em 1824, na qual continha tópicos específicos sobre educação. Depois da Proclamação da República em 1889, sua Constituição permitiu a descentralização do ensino superior, o que resultou no surgimento de novas instituições, tanto privadas quanto estaduais e municipais (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

De acordo com Santos e Almeida Filho (2012), foram criadas algumas instituições de ensino superior a partir de 1908, como a Universidade do Amazonas, criada neste ano pelos barões da borracha, que foi desativada com o fim do ciclo da mesma; a Universidade do Paraná (1912), que se originou da união de faculdades isoladas e a Universidade do Brasil, fundada em 1921. Porém, nenhuma foi consolidada, e acabaram extintas. A partir do ano da Proclamação, foram criadas 56 instituições de ensino superior no Brasil até o ano de 1918, sendo maioria de caráter privado. Neste período as universidades se dividiam entre católicas e privadas.

Foi a partir de 1930, depois que ocorreram algumas modificações no ensino superior, que as Universidades realmente foram fundadas no Brasil. Podemos citar a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Ainda segundo Santos e Cerqueira (2009, p.04),

Nesse período todo o setor privado, especialmente o confessional, já era bem forte. As primeiras estatísticas educacionais, em 1933, mostravam que as instituições privadas respondiam por cerca 44% das matrículas e por 60% dos estabelecimentos de ensino superior. Embora a clientela para essa estrutura fosse muito pequena, o número de alunos era de apenas 33.723.

Outros acontecimentos políticos também influenciaram as instituições de ensino superior. Na reforma Vargas, por exemplo, o governo definiu regras legais para as quais as universidades deveriam obedecer, já durante os governos militares, de acordo com Trindade (2000), a expansão das universidades privadas se acentuou, indo de 40% para 75% das matrículas em trinta anos.

Durante a Segunda República, as Universidades Federais foram fundadas, assim como a primeira Pontifícia Universidade Católica. Depois da década de 1950, houve um movimento estudantil que lutava pela reforma de todo o sistema educacional, porém o regime militar acabou com o movimento dos estudantes e promoveu uma reforma no ensino superior, mesmo tendo ido contra o movimento (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Segundo Santos e Cerqueira (2009, p.5), a reforma propôs as seguintes mudanças:

a extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (não à flexibilização).

Na década de 1970 houve uma repressão política que beneficiou o sistema de ensino superior, e na década de 1980, devido à crise econômica, o ensino superior foi atingido, principalmente às instituições privadas de ensino. Nesta época houve a criação de cursos noturnos nas instituições privadas, visto que boa parcela da população não tinha disponibilidade para estudar durante o período matutino ou vespertino, por serem períodos de trabalho, o que acarretou no aumento do número de matrículas. Das matrículas do ensino superior, 76,5% eram no setor privado em 1986, e em cinco anos, até a década de 1990, foram criadas 19 instituições de ensino superior privadas (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, grandes mudanças foram percebidas no ensino superior. Só eram consideradas universidades aquelas instituições que articulassem ensino e pesquisa; e as mesmas teriam que passar por credenciamento e realizar avaliações para o reconhecimento de seus cursos; houve a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que atualmente concede bolsas em instituições privadas à determinada camada social; entre outras mudanças, que perduram até hoje (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Atualmente o acesso ao ensino superior no Brasil está facilitado se comparado a décadas atrás, visto que só quem tinha maior poder aquisitivo ingressava nos cursos superiores. As Universidades Federais, apesar de gratuitas, são de mais difícil acesso quando comparadas a maioria das universidades privadas, visto que o aluno precisa ter um ótimo desempenho no vestibular/Enem para o ingresso na mesma. Porém, isso nem sempre acontece com quem estudou a vida inteira em instituições públicas, pois ao contrário da boa qualidade da maioria das instituições de ensino superior públicas, os ensinos primário, secundário e médio têm deficiência de ensino (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2009).

O sistema de Ensino Superior no Brasil é classificado em duas categorias: o público e o privado. O Sistema de Ensino Superior público é gratuito para os alunos e é financiado pelo poder público do país (nível municipal, estadual ou federal) (STALLIVIERI, 2007).

Já o sistema de Ensino Superior privado é financiado pelos próprios alunos através do pagamento de mensalidades, e podem ser comunitárias, confessionais, filantrópicas ou particulares. As instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas não possuem fins lucrativos, ao contrário das instituições particulares (STALLIVIERI, 2007).

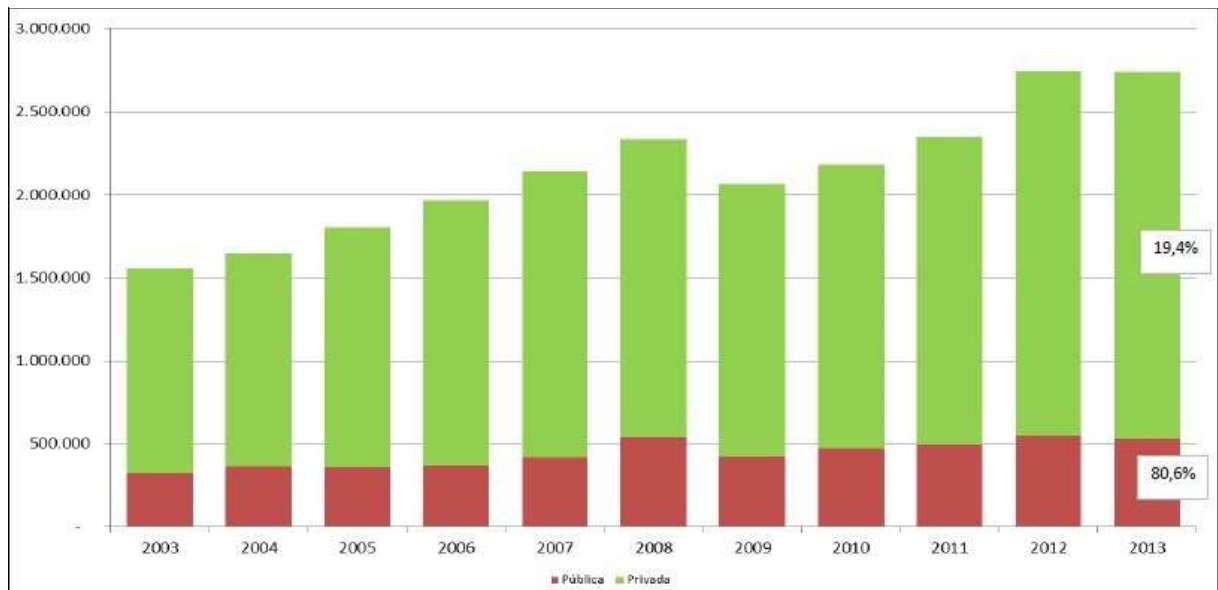
Além das Universidades Federais espalhadas por todo o país, sem custo ao aluno, há as universidades privadas, que contam com alguns programas que visam ajudar os acadêmicos com menor poder aquisitivo a se manter no ensino superior. Pode-se citar como exemplos o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) (BRASIL, 2009).

O FIES, criado no governo Lula, como o próprio nome já diz, consiste em um financiamento do valor parcial ou total do curso superior, onde a taxa a partir do segundo semestre de 2015 passou a ser de 6,5% ao ano, e o acadêmico só precisa dar início ao pagamento do financiamento depois de um ano e meio de formado (BRASIL, 2015b).

Já o Prouni é um programa que beneficia aqueles que não têm condições de arcar com os custos universitários e tiveram bom desempenho no Enem com bolsas de estudo nas instituições superiores que aderiram ao programa. O Enem tem como objetivo medir os conhecimentos que o aluno obteve ao terminar o ensino médio, e além de ser usado para o Prouni, substitui vestibulares em várias instituições de ensino superior (BRASIL, 2015c).

Na Figura 1, pode-se observar a evolução do número de ingressantes na educação superior de graduação, entre o ano de 2003 e 2013, em instituições públicas e privadas, onde nota-se que as instituições privadas possuem um número superior de ingressos comparados aos ingressos das instituições públicas.

Figura 1 - Evolução do Número de Ingressantes na Educação Superior de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil 2003-2013.



Fonte: BRASIL(2013).

No ano de 2013, segundo BRASIL (2013), o total de matrículas no país no ensino superior foi de 7.305.977, sendo 5.373.450 matrículas na rede privada de ensino e 1.932.527 na rede pública. O número total de concluintes no mesmo ano foi de 991.010 pessoas, 761.732 na rede privada e 229.278 na rede pública, que inclui universidades federais, estaduais e municipais.

De acordo com Trindade (2000), a educação superior do setor público no Brasil é responsável por 90% da pesquisa científica e tecnológica do país, com alta qualidade acadêmica, acima da média do setor privado inclusive.

2.1.3 Educação Superior em Portugal

Antes mesmo da criação das Universidades em Portugal, os membros de instituições religiosas frequentavam Universidades em outros países da Europa, com o objetivo de melhorar o ensino em suas escolas. A Universidade de Coimbra, fundada em 1290, na cidade de Lisboa, foi a primeira do país, e posteriormente foi transferida inúmeras vezes de Lisboa para Coimbra e vice-versa, ficando definitivamente localizada em Coimbra a partir do ano de 1537 (JACA; FREITAS, 2008).

Durante estes séculos ocorreram alguns problemas relacionados à instalação da Universidade em Coimbra, como por exemplo, a época em que a

população de Coimbra mostrou hostilidade com os estudantes, fazendo o Rei assinar uma carta declarando proteção aos acadêmicos no ano de 1309. Pode-se citar como problema também a carência de professores em 1371, que fez o Rei convidar professores estrangeiros para lecionar em Portugal. A falta de instalações para os professores e acadêmicos, assim como o relacionamento ruim entre autoridades e estudantes foram também um dos motivos para que a Universidade de Coimbra fosse transferida tantas vezes (JACA; FREITAS, 2008).

No século XVI acontecem as reformas mais importantes, inclusive na estrutura da Universidade. Houve também a criação de Colégios e uma escola preparatória, que tinha como um de seus objetivos a preparação para o ingresso na Universidade posteriormente. Até o século XVII, os Jesuítas (Companhia de Jesus) criaram vários colégios espalhados por Portugal, com ensino gratuito, porém no século XVIII, foram expulsos do país e substituídos pela Ordem de São Filipe Néri e os Clérigos de São Caetano. A partir deste momento o Estado passa a controlar a educação, financiando a mesma (PORTUGAL, 2003).

Marquês de Pombal, Ministro do Rei Dom José I, foi uma importante figura na história da educação portuguesa. Em 1772 realizou uma reforma geral no ensino, abrindo Escolas Menores por todo o país, e criando um imposto com a finalidade de financiar as despesas educacionais, o subsídio literário. Organizou a reforma do ensino superior, modernizando o mesmo e impulsionando o ensino científico através da criação da Faculdade de Matemática e da Faculdade de Medicina. Posteriormente o ensino volta a ser controlado por religiosos e em 1815 passa a ser criado um ensino médio exclusivo para meninas. A Universidade de Coimbra ainda era a única do país quando foram criadas as Escolas de Ensino Superior em Lisboa e Porto (PORTUGAL, 2003).

Após a República ser proclamada em Portugal, em 1910, notou-se uma forte decadência no sistema de ensino português, com uma taxa de cerca de 70% de analfabetismo, e a partir de então ocorreram reformas em todos os níveis de ensino. Foram criadas as Universidades de Lisboa e Porto no ano de 1911, e estas ganharam autonomia e recursos para desenvolvimento (PORTUGAL, 2003).

Em 1950 o Governo Português lançou campanhas e programas contra o analfabetismo e investiu na educação feminina, que possuía menor porcentagem, e a partir de 1974, o ensino superior de Portugal sofreu uma expansão rápida e forçada, que acabou comprometendo a qualidade do ensino. Trinta anos depois a

situação do ensino superior estava bastante debilitada, com inúmeras instituições em crise financeira, sem regulamentação necessária, com muitos cursos de baixa procura, forma de avaliação de qualidade ineficiente, entre outros problemas (AMARAL, 2007).

O Governo então decidiu agir, solicitando avaliações do seu sistema de ensino superior e de suas políticas educacionais por órgãos internacionais, como a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE), a Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA), e também auditorias com a Associação das Universidades Europeias (EUA), visando uma melhora na qualidade e organização de seu sistema de educação superior (AMARAL, 2007).

Foram realizados relatórios com todas as críticas, avaliações e mudanças que precisam ser feitas, porém para a reforma do sistema de ensino, o Governo necessita da aprovação da legislação (AMARAL, 2007).

Portugal aprovou, em 2011, um Plano Nacional de Reforma Português, que estabeleceu duas metas: "a redução para 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino (meta intermédia de 15% em 2014) – e o aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014)" (PORTUGAL, 2011, p. 02).

Essas metas foram definidas após uma análise nos dados da educação superior, onde em 2000 apenas 11% da população portuguesa entre 30 e 34 anos era diplomada, e a taxa de abandono precoce do sistema de ensino era de 46,3% (PORDATA, 2015).

Na Tabela 1 abaixo podemos ver a evolução do número de matrículas no ensino superior em Portugal, no período entre 2003 e 2014:

Tabela 1 - Alunos matriculados no ensino superior: total e por subsistema de ensino.

| Anos | Subsistema de Ensino | | |
|------|----------------------|---------|---------|
| | Total | Público | Privado |
| 2003 | 400.831 | 290.532 | 110.299 |
| 2004 | 395.063 | 288.309 | 106.754 |
| 2005 | 380.937 | 282.273 | 98.664 |
| 2006 | 367.312 | 275.521 | 91.791 |
| 2007 | 366.729 | 275.321 | 91.408 |
| 2008 | 376.917 | 284.333 | 92.584 |
| 2009 | 373.002 | 282.438 | 90.564 |
| 2010 | 383.627 | 293.828 | 89.799 |
| 2011 | 396.268 | 307.978 | 88.290 |
| 2012 | 390.273 | 311.574 | 78.699 |
| 2013 | 371.000 | 303.710 | 67.290 |
| 2014 | 362.200 | 301.654 | 60.546 |

Fonte: PORDATA (2015).

Em porcentagens, o total de matrículas no ensino superior privado de Portugal no ano de 2003 foi de 27,5%, contra 72,5% no setor público. Já no ano de 2014 foi de 16,7% no setor privado, e de 83,3% no setor público, caracterizando assim o predomínio de estudo no sistema público de ensino superior no país. Em 2011 havia 121 Instituições de Ensino Superior em Portugal, a maioria pública, que representam o ponto mais forte do sistema.

2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Alguns autores possuem diferentes pontos de vista sobre a universidade e suas funções e objetivos. Severino (2007 p. 22), afirma que o papel da universidade é “contribuir para o aprimoramento da vida humana em sociedade”, e considera que o ensino superior possui três objetivos. O primeiro é a formação de profissionais de diferentes áreas através do ensino/aprendizagem de habilidades e competências técnicas. O segundo objetivo é a formação de pesquisadores através da disponibilização e orientação de conteúdo e métodos adequados, e o terceiro e último objetivo, é a formação do cidadão, traçando o caminho para que ele conheça seu papel na sociedade.

Castro e Cabral Neto (2012, p.71) acreditam que a educação em nível

superior, com a globalização, é vital para o crescimento de países desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, pois cumpre a função de produzir e propagar conhecimentos.

A globalização tem inúmeras características, mas pode ser caracterizada principalmente pelo desenvolvimento econômico, político e tecnológico através da propagação do conhecimento e investigação científica, e também pelo crescimento do comércio internacional. Este crescimento gerou a abertura dos mercados, diminuindo as barreiras entre os países e permitindo um fluxo de conhecimento entre as nações nunca visto anteriormente. Este fenômeno (globalização), fez com que o conhecimento se tornasse internacional, fazendo com que as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação dos cidadãos, precisassem se adequar às mudanças proporcionadas pelo mesmo (FRANKLIN, 2014).

A UNESCO (2009, n.p.) mostra bem esta realidade através da seguinte fala:

Instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, e trabalhando para encontrar soluções comuns para promover a circulação do saber e aliviar o impacto negativo da fuga de cérebros.

Já Souza (2008, p.20) explica a relação entre a globalização e a educação superior e explica que a internacionalização é o resultado desta relação:

Globalização é tratada como um fenômeno abrangente que afeta relevantemente a educação superior sendo que a internacionalização é uma forma de responder aos desafios e oportunidades deste contexto, uma vez que se caracteriza como um conjunto de processos relativos às grades curriculares, ensino/aprendizagem, pesquisa, acordos institucionais, mobilidade de estudantes e entre outros aspectos.

De acordo com Altbach e Knight (2007), a internacionalização é formada por políticas e práticas empreendidas por sistemas, instituições e indivíduos acadêmicos, que visam lidar com o ambiente acadêmico global, este por sua vez, gerado pela globalização, que se relaciona com tendências acadêmicas e econômicas do século XXI. Laus (2012, p. 28) define melhor o conceito e exemplifica a internacionalização do ensino:

a internacionalização de uma universidade corresponde ao processo de diálogo (trabalhos conjuntos, cooperação, intercâmbio, adequação das estruturas institucionais, conflitos e problemas surgidos) com outras universidades ou organizações variadas (empresas, governos, agências internacionais, ONGs) do mundo exterior à fronteira nacional na concepção, desenvolvimento ou implementação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Toda instituição de ensino deve ter uma política de internacionalização institucional para seu desenvolvimento estratégico, a qual deve ter a colaboração de uma equipe, e não só de líderes. Isso faz toda a instituição entender e lutar por esta política, visto que internacionalização se caracteriza pelos esforços das instituições de ensino que objetivam adaptarem-se à globalização (FRANKLIN, 2014).

De acordo com Knight (2003), alguns dos fatores que comprovam que a internacionalização do ensino superior é uma consequência positiva da globalização são: *i)*O incremento dos padrões de qualidade acadêmicos;*ii)*O aprimoramento dos currículos; *iii)*A diversificação das fontes de geração de renda dos países; *iv)*O elevado índice de recrutamento de estudantes internacionais nos países que os acolhem;*v)*A interculturalidade e a colaboração internacional na área da pesquisa;*vi)* A permissão da maior troca cultural através da maior mobilidade de estudantes e professores.

A internacionalização do ensino superior pode ser obtida através de várias formas, Van Damme (2001) aponta algumas possibilidades: mobilidade estudantil, mobilidade de docentes, internacionalização de currículos, abertura de filiais, cooperação institucional e de rede, acordo de reconhecimento mútuo, redes transnacionais de universidades e educação superior virtual transnacional.

Segundo Altbach e Knight (2007), existem vários tipos de internacionalização educacional. Os autores citam a internacionalização dos países em desenvolvimento, que visam o prestígio e o melhoramento de qualidade e perfil do corpo docente; a internacionalização europeia, que ocorre dentro dos países da União Europeia; a internacionalização tradicional, proveniente de universidades centenárias e por fim a internacionalização individual, onde os acadêmicos realizam o intercâmbio particularmente, movimentando a maior parte da renda da educação internacional.

Como a principal forma de internacionalização, a mobilidade acadêmica traz inúmeros benefícios para o acadêmico em mobilidade. De acordo com Teichler (2004), o fato de aprender e pesquisar em um país diferente faz com que o aluno adquira o conhecimento mais eficientemente, gerando um avanço na aprendizagem do mesmo, expandindo sua visão e fazendo-o refletir melhor sobre o conteúdo estudado.

A mobilidade acadêmica é caracterizada por um período de estudo em

outro país, realizada por estudantes que queiram estudar determinadas disciplinas em um semestre ou mais; se tornar fluentes em outra língua; realizar um estágio em algum local de pesquisa ou órgão importante; participar de um período de trabalho com foco na aprendizagem (LIMA; RIEGEL, 2014).

Apesar de nem sempre fácil de realizar, devido a altos custos financeiros, a mobilidade acadêmica é almejada por todos, pois segundo Lima e Riegel (2014), ela proporciona superioridade acadêmica e contribui para: extrair benefícios econômicos; ter mais controle sobre a imigração não controlada; ter benefícios da mão de obra qualificada; atrair os melhores estudantes de outros países, entre outros.

2.2.1 Internacionalização no Espaço Europeu

Teichler (2004) afirma que o processo de internacionalização do ensino superior está relacionado com a globalização, porém também com a europeização, visto que a internacionalização no espaço europeu ocorre intensamente entre os países da União através da cooperação, integração, mobilidade e estrutura do espaço europeu.

A União Européia, bloco político e econômico criado para fortalecer a economia dos países membros, sempre se preocupou em manter os mesmos com características parecidas, seja no âmbito político, econômico ou educacional. A exemplo disso pode-se citar a adesão da moeda Euro por boa parte de seus países membros, algo que nenhum outro bloco econômico conseguiu fazer (SIEBIGER, 2010).

Desejando estabelecer um processo de europeização do sistema de educação superior, em 1999 foi assinada a Declaração de Bolonha, que visava, em um prazo de 10 anos, estabelecer um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES). O EEES tinha como objetivos: o aumento de estudantes provenientes de outros países para suas universidades; o incentivada mobilidade de seus estudantes entre os países europeus; conseguir uma estrutura equivalente nos seus cursos superiores, com graus acadêmicos compatíveis e comparáveis; o estabelecimento de um sistema internacional de créditos acadêmicos, os *European Credit Transfer System* (ECTS) e conseqüentemente um fortalecimento no bloco(SIEBIGER, 2010).

De acordo com Siebiger (2010), o Processo de Bolonha foi a resposta da

União Européia para as mudanças provenientes da globalização, como a maior competitividade. Atualmente o Processo de Bolonha se faz presente não só na União Européia, mas também em outros países, contabilizando 47 países ao total.

Na União, foi consolidado o programa *ErasmusMundus*, onde os alunos do ensino superior europeu podem realizar um período de seus estudos em outra instituição de ensino dentro da União. Seus objetivos são a consolidação de uma dimensão europeia de educação, melhorar os procedimentos relativos à validação e reconhecimento acadêmicos dos diplomas e fortalecer a cooperação entre os estabelecimentos de ensino superior no continente (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2007).

O bloco político e econômico europeu apoia seus países na organização de programas de mobilidade em associação com instituições estrangeiras, visando fortalecer o ensino superior da Europa e torná-lo cada vez mais atrativo. Este tipo de estratégia proporciona alguns benefícios, como uma maior competitividade e visibilidade internacional, e a possibilidade de compartilhar conhecimentos através de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área da ciência ou tecnologia, beneficiando os países envolvidos (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2007).

Portugal é um dos países da Europa que possui um ambiente favorável para o acolhimento de alunos em mobilidade acadêmica, suas instituições de ensino superior apostam na internacionalização como estratégia, pois já perceberam a importância que esta abertura pode proporcionar para o país, tanto politicamente, economicamente quanto educacionalmente (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2007).

De acordo com Portugal (2014), o programa *Erasmus Mundus* permitiu a inclusão de Mestrados e Doutorados para o programa, e Portugal se destacou em sua execução entre os anos de 2005 e 2013, conforme mostrado no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Mestrados e Doutorados do Programa Erasmus Mundus (2005 – 2013).

| <i>Erasmus Mundus</i> (n ^{os}) | Portugal | | | Europa |
|---|-----------|--------------|-----------|------------|
| | liderança | participação | total | Total |
| Mestrados | 8 | 29 | 37 | 138 |
| Doutorados | - | 12 | 12 | 43 |
| Total | 8 | 41 | 49 | 181 |

Fonte: Portugal (2014, p. 52) a partir dos dados do DGEEC (2014).

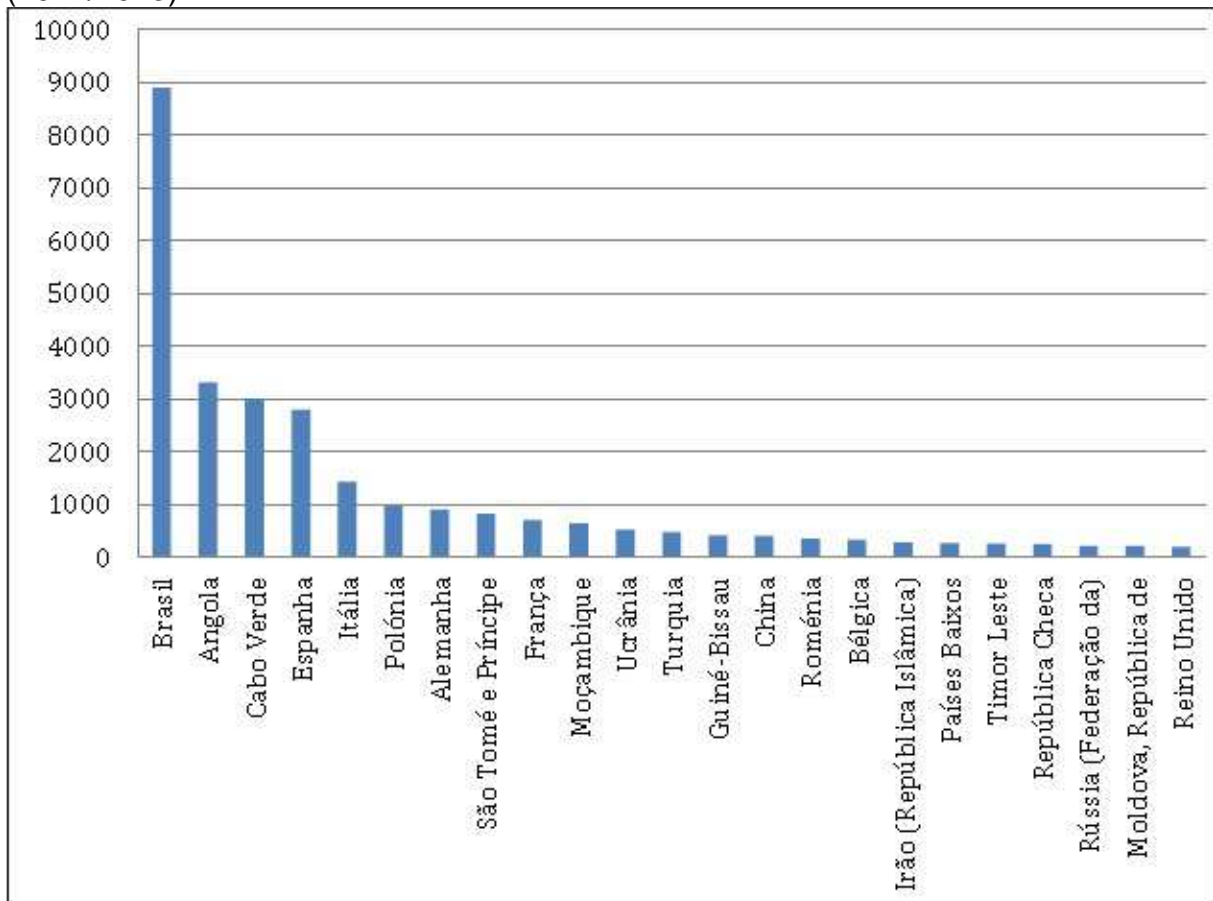
Outra estratégia adotada pelo país foi a instalação de instituições de

ensino superior privado em outros países, como em alguns países africanos que tem como seu idioma a língua portuguesa. Apesar de origem portuguesa, as instituições ficam sob a legislação do país em que estão situadas, fazendo com que Portugal perca a autonomia total da instituição (PORTUGAL, 2014).

Um dos benefícios que os estudantes portugueses possuem ao realizar mobilidade acadêmica em outros países é a facilidade de reconhecimento e validação de graus e diplomas estrangeiros, o que impulsiona a mobilidade dos cidadãos portugueses (PORTUGAL, 2014).

Na Figura 2, que tem por base o ano letivo de 2012/2013, está representado o número de estudantes estrangeiros nas instituições de ensino superior em Portugal, incluindo o programa Erasmus:

Figura 2- Estudantes Internacionais inscritos nas instituições de ensino superior (2012/2013).



Fonte: Portugal (2014) a partir dos dados do DGEEC (2014).

Com base na Figura 2, observa-se que a maioria dos alunos estrangeiros no país são do Brasil, seguidos pela Angola e por Cabo Verde, e nota-se que estes

três países têm algo em comum com Portugal: o idioma. Mas, o país também investe em cursos parcialmente ou totalmente lecionados em inglês, o que mostra um interesse e desempenho do mesmo em receber acadêmicos estrangeiros.

De acordo com Portugal (2014), estes alunos estão distribuídos em instituições públicas e privadas de ensino superior, sendo 81% em instituições públicas e 19% em instituições privadas.

Esses números só são possíveis graças aos acordos de cooperação internacional realizados pelo Governo e instituições de ensino superior portuguesas com universidades estrangeiras. Com o Governo do Brasil, pode-se citar o Programa Ciência sem Fronteiras, que recentemente se restringiu a mestrados e doutorados no país; o Programa de Licenciaturas Internacionais, que objetiva a formação de professores; e acordos particulares entre universidades, onde os custos financeiros ficam por conta do acadêmico (PORTUGAL, 2014).

2.2.2 Internacionalização do Ensino Superior Brasileiro

Segundo Lima e Riegel (2014), até o ano de 1990, no Brasil, a mobilidade internacional só acontecia pelo fato de ser financiada por agências públicas que incentivavam a pesquisa, porém somente para acadêmicos que estivessem matriculados na pós-graduação. Porém com o passar dos anos, a internacionalização do ensino se mostrou cada vez mais importante, fazendo com que as famílias poupassem e arcassem com os custos dos estudos dos filhos em um outro país.

Observa-se então que as elites econômicas eram privilegiadas neste aspecto, visto que geralmente o estudante vai para um país com moeda mais valorizada que o real, o que torna os custos para manter um estudante fora do Brasil elevados.

A partir do momento em que o Brasil emergiu como potência mundial, começou a ser visto com outros olhos pelos outros países, e conquistou maior influência no cenário mundial. Com isso, suas universidades, além de receber acadêmicos estrangeiros, começaram a se abrir e desenvolver um interesse por parcerias e acordos de cooperação com instituições de ensino superior estrangeiras, consolidando a internacionalização de seu ensino superior (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

No ano de 2001 foi assinado um tratado entre Brasil e Portugal, chamado de "Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa", que consistia em um documento que estabelecia o reconhecimento de graus e títulos acadêmicos e de especialização. O documento assegurava que os graus e títulos dos estudantes dos dois países que fossem emitidos por instituições de ensino habilitadas no Brasil e em Portugal, seriam reconhecidos em ambos os países com a condição de atender as legislações nacionais (PORTUGAL, 2011).

O Tratado também assegurava a cooperação no domínio do ensino e da pesquisa por ambos os países, com a possibilidade de acadêmicos dos dois países serem admitidos por uma universidade do outro país para a realização de um período do currículo acadêmico (PORTUGAL, 2011).

Uma das primeiras instituições de ensino superior que firmaram acordos com o Brasil foi a Universidade de Coimbra, de Portugal. O primeiro programa de mobilidade acadêmica a entrar em vigor foi o Programa de Licenciaturas Internacionais, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e também contou com o apoio do Banco Santander, que possuía um convênio com a Universidade de Coimbra. O financiamento por parte destes órgãos foi de extrema importância, permitindo centenas de brasileiros estudarem em Portugal e terem um primeiro contato com instituições internacionais, enriquecendo seus currículos e adquirindo novos conhecimentos que contribuiriam para seus futuros profissionais (BRASIL, 2015a).

Outro programa é o Ciência sem Fronteiras (CsF), um programa de intercâmbio que também permite aos alunos de graduação e pós-graduação a realização de estágio no exterior, visando manter contato com importantes sistemas educacionais no âmbito inovador e tecnológico, buscando também estabelecer parcerias com pesquisadores estrangeiros. Este programa tem a finalidade de consolidar, expandir e internacionalizar a ciência, tecnologia, inovação e competitividade do Brasil através da mobilidade de acadêmicos, e é financiada pelo Governo Federal (BRASIL, 2015a).

As áreas contempladas com esta bolsa são principalmente as engenharias e as áreas da ciência e tecnologia, e seus objetivos incluem: *i)* A formação de profissionais altamente qualificados; *ii)* Aumentar o fluxo de estudantes e pesquisadores em instituições de excelência nos outros países; *iii)* Aumentar a

inserção internacional das universidades do Brasil;iv) Ampliar o conhecimento de pessoal pertencente as indústrias tecnológicas (BRASIL, 2015a).

O Quadro 2 mostra a quantidade de acadêmicos para os quais as bolsas do Programa foram concedidas e seus respectivos países de destino, onde pode-se observar que, depois dos Estados Unidos, que está em primeiro lugar nos países de destino dos contemplados com as bolsas do Programa, Portugal está em segundo lugar, com 2853 bolsas concedidas, seguido pela França, com 2575 bolsas, Espanha, com 2356, e Canadá, com 2057 bolsistas.

Quadro 2 - Bolsas Concedidas pela CAPES e pelo CNPq por país no Programa Ciência sem Fronteiras.

| País de Destino | Total | País de Destino | Total | País de Destino | Total |
|-----------------|-------|-----------------|-------|-----------------|-------|
| Estados Unidos | 4684 | Suécia | 72 | Hong Kong | 5 |
| Portugal | 2853 | Suíça | 58 | Grécia | 4 |
| França | 2575 | Finlândia | 48 | Hungria | 4 |
| Espanha | 2356 | Dinamarca | 44 | México | 4 |
| Canadá | 2057 | Áustria | 39 | Cingapura | 3 |
| Reino Unido | 1804 | Chile | 33 | Israel | 3 |
| Alemanha | 1653 | Japão | 29 | Índia | 2 |
| Austrália | 825 | Irlanda | 19 | Turquia | 2 |
| Itália | 633 | Noruega | 18 | Argentina | 1 |
| Brasil | 597 | Nova Zelândia | 17 | Costa Rica | 1 |
| Holanda | 596 | África do Sul | 7 | Luxemburgo | 1 |
| Coréia do Sul | 196 | China | 6 | Polônia | 1 |
| Bélgica | 161 | Rep Tcheca | 6 | Rússia | 1 |

Fonte: BRASIL (2013b) a partir dos dados da CAPES (2013).

Atualmente, há também programas de bolsas de estudo financiadas pelo Santander Universidades, que junto com o Ciência sem Fronteiras, são os principais programas de intercâmbio que oferecem bolsas no Brasil. Os programas do Santander destacam-se pelo apoio prestado aos universitários através de projetos, programas de empreendedorismo, transferência tecnológica, entre outros. O Santander contribui para a internacionalização acadêmica através de bolsas de estudo dos programas Top China, Top Espanha, Top Brasil-China, Bolsas Ibero-Americanas, Bolsas Luso-Brasileiras e Bolsas Fórmula Santander. (SANTANDER, 2016).

As bolsas são disponibilizadas para as Universidades que possuem convênio com o Santander, e estas devem fazer uma pré-seleção dos alunos, que

geralmente ocorre por meio do desempenho acadêmico e/ou baixas condições financeiras. O Santander possui atualmente 1200 convênios com universidades de 20 países, fazendo com que mais de 6.000 acadêmicos fossem beneficiados com intercâmbio internacional (SANTANDER UNIVERSIDADES, 2016).

2.3 OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA MOBILIDADE ACADÊMICA

2.3.1 Desafios

Um dos problemas mais frequentes nas mobilidades acadêmicas é a validação de créditos cursados nas instituições estrangeiras no país de origem do estudante. Cada país possui uma forma de controlar e supervisionar os mecanismos de avaliação, certificação e aprovação quando se trata de educação. Segundo Teichler (2004), os governos e instituições de ensino têm a tendência de desmerecer o que foi realizado pelo acadêmico em outros países caso estes feitos não sejam compatíveis com o que a instituição do país de origem realiza.

Outro desafio encontrado é uma barreira para a cooperação internacional entre diferentes países, proveniente de diferenças estruturais nacionais em relação as instituições de ensino superior.

Alguns países, como os pertencentes à América Latina por exemplo, antes de garantir a qualidade de ensino no âmbito internacional, possuem a missão de garantir sua qualidade de ensino superior, visto que há carência de recursos para investimento na educação. Arocena e Sutz (2005) explicam que esta falta de qualidade no ensino é proveniente das ideias do neoliberalismo econômico na década de 1990, que incentivaram a privatização e conseqüentemente auto-regulamentação da educação.

Na América Latina há um problema com os sistemas nacionais de ensino, onde são todos desconectados, e não há um desenvolvimento coletivo. As mobilidades acadêmicas são raras, há muita burocracia para a validação de créditos, reconhecimento de títulos e prestação de serviços por profissionais vindos de outros países. Os Governos destes países não trabalham e não desenvolvem a área internacional do ensino superior, mesmo sabendo sua importância, o que torna a mesma lenta e precária, carente de acordos e ações de cooperação internacional (AROCENA; SUTZ, 2005).

Souza Júnior (2010) salienta que para os países da América Latina, estar em condições para criar cadeias de processamento e intercâmbio de informação, de conhecimento, comunicação política, de cooperação entre instituições de ensino superior e empresas é o maior desafio para a integração dos mesmos.

A internacionalização da educação é um assunto muito delicado, pois envolve sistemas educacionais de diferentes países, com diferentes legislações e formas de ensino. A diferença na qualidade educacional entre duas instituições de diferentes países, assim como a qualidade das políticas e práticas de internacionalização, caracteriza um desafio para as instituições de ensino superior: a garantia de qualidade de ensino (PORTUGAL, 2014).

Outra dificuldade encontrada para os estudantes que estão se preparando para realizar mobilidade acadêmica é a obtenção do visto. Para Portugal por exemplo, o aluno precisa se deslocar até um posto consular português, e dependendo do posto consular, as exigências são diferentes e o serviço não é padronizado. Os prazos também são diferentes entre um posto consular e outro, além da escassez de Consulados em algumas zonas do mundo, o que dificulta muito a entrada do estudante no país. Há algumas incompatibilidades nas políticas de internacionalização do ensino que precisam ser corrigidas, como o fato de algumas universidades só realizarem a matrícula diante do visto feito, sendo que o visto só é emitido com a carta de aceitação da instituição. Atrasos na emissão do visto também são frequentes (PORTUGAL, 2014).

De acordo com entrevistas realizadas por Lima e Riegel (2014), os maiores desafios são os pessoais. Os três desafios mais apontados pelos acadêmicos entrevistados foram: *i)* As dificuldades financeiras para se manter fora do país durante um período de tempo; *ii)* O fato de ter que permanecer distante da família e viver sozinho; *iii)* Ter que administrar todas as contas e cuidar da saúde.

Com base na pesquisa, pode-se considerar então os seguintes desafios como os mais abordados atualmente em relação à mobilidade acadêmica: *i)* Validação de créditos e diplomas; *ii)* Barreira para a cooperação internacional entre alguns países; *iii)* Qualidade do ensino superior nacional; *iv)* Garantia da qualidade de ensino em instituições estrangeiras; *v)* Burocracias em relação aos vistos; *vi)* Dificuldades financeiras; *vi)* Questões pessoais dos acadêmicos.

2.3.1 Oportunidades

Apesar de as diferenças estruturais dos sistemas educacionais dos países configurarem um desafio, pode-se ver também como uma oportunidade de incentivo ao intercâmbio, pois o conhecimento adquirido em um ambiente diferente do que os alunos estão acostumados, pode trazer ótimos resultados para sua vida acadêmica/profissional e para seu país de origem (ROMEO, 2003).

Segundo Romeo (2003), a integração e cooperação entre alunos, professores, cientistas é fundamental para a promoção do progresso científico e tecnológico, e as Universidades, consideradas instituições internacionais desde sua origem, têm o dever de garantir estes progressos e podem contar com a ajuda de mobilidade e intercâmbios. Estas formas de internacionalização constituem uma oportunidade de cooperar com as Universidades, visando o importante papel social que estas instituições possuem, visto que podem colaborar com a modernização das instituições.

O mesmo autor cita que os intercâmbios acadêmicos na América Latina podem promover progresso científico, integração regional e ajudar as Universidades a exercer seu papel social, em busca da paz.

Alguns países, conscientes das dificuldades que os estudantes encontram para realizar um intercâmbio, têm investido na estratégia de facilitação para o acolhimento de estudantes em mobilidade, em que se inclui a redução de obstáculos legislativos e administrativos em relação aos vistos, promovendo e desenvolvendo programas que facilitem o intercâmbio acadêmico (PORTUGAL, 2014).

O fato de haver programas financiados pelos Governos (como o Ciência sem Fronteiras, do Governo Brasileiro), oferecem a oportunidade para estudantes que não teriam condições de estudar um período em outro país, de capacitação e experiência internacional, permitindo aos mesmos realizar contatos internacionais para futuros projetos em parceria por exemplo.

Quando uma instituição de ensino superior abre as portas para a internacionalização, ela promove sua visibilidade internacional, fica disponível para acordos e projetos internacionais. Por sua vez, estes acordos e projetos podem trazer enormes benefícios para a Universidade e sua região/país e sociedade em geral, através de linhas de pesquisa científica e tecnológica, investimentos provenientes de órgãos e empresas estrangeiras, e até acordos políticos e

comerciais (PORTUGAL, 2014).

Uma pesquisa realizada por Lima e Riegel (2015), com a finalidade de identificar os principais motivos que fundamentam o interesse dos estudantes por programas de formação internacional, e que conseqüentemente se tornam oportunidades para os mesmos, revela que entre as principais razões encontram-se: *i) Aperfeiçoar o conhecimento de língua estrangeira; ii) Vivência pessoal; iii) Conhecer outra cultura; iv) Conhecer outro país; v) Melhorar o currículo; vi) Desenvolver competências relacionadas à profissão;vii) Prospectar alternativa de estágio internacional e remunerado; viii) Prospectar alternativas de pósgraduação.*

Além das oportunidades mencionadas proporcionadas pelo intercâmbio acadêmico, pode-se citar como oportunidades em relação ao país de origem/instituição:*i) Incentivo ao intercâmbio;ii) Modernização das Universidades;iii) Progresso científico e tecnológico;iv) Programas governamentais (bolsas);v) Contatos internacionais;vi) Experiência e conhecimento internacional;Investimentos estrangeiros;vii) Acordos educacionais, políticos e comerciais.*

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica tem como uma de suas características a atividade intelectual, que objetiva alcançar respostas para as necessidades humanas, construindo assim o conhecimento e melhorando as condições práticas de existência. De acordo com Santos (2004), a pesquisa científica pode ser classificada em dois níveis: a pesquisa acadêmica e a pesquisa de ponta.

A pesquisa acadêmica é definida por Santos (2004) como uma preparação, atividade pedagógica que possui o objetivo de ativar a disposição de investigação intelectual do acadêmico.

Já a pesquisa de ponta, segundo Santos (2004, p.25), é caracterizada como "a atividade típica do indivíduo que, tendo dominado as respostas comuns, já incorporadas à rotina de uma ciência ou profissão, parte em busca do novo, do ignorado, com intenção e método".

De acordo com Ruiz (2002), método é o conjunto de etapas que precisam ser feitas em ordem para que a pesquisa seja concluída adequadamente com um resultado satisfatório. Marconi e Lakatos (2003) definem método como o grupo de atividades sistemáticas que enquanto delineiam o roteiro a ser seguido, possibilitam atingir o objetivo, identificando erros e contribuindo para as decisões do pesquisador.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Delineamento da pesquisa, de acordo com Gil (2008), é o planejamento da mesma, e inclui sua diagramação, previsão de análise e interpretação dos dados, considerando o ambiente em que estes são coletados. Esta é a parte da pesquisa que determina os procedimentos necessários para realizá-la.

Quanto aos fins de investigação, o presente trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva. Segundo Santos (2004), a pesquisa descritiva é caracterizada por descrever as características que fazem parte do processo estudado. Cervo, Bervian e da Silva (2007) salientam que este tipo de pesquisa tem como objetivo conhecer as relações e situações que acontecem na vida política, social, econômica, e outros aspectos da conduta humana, tanto individualmente quanto em grupos e comunidades.

Já Kauark, Manhães e Medeiros (2010) definem pesquisa descritiva como a descrição das características de um fenômeno, população ou a determinação de relações entre variáveis, com o uso de técnicas de coletas de dados, e assumindo quase sempre a forma de Levantamento.

Foi utilizado este tipo de pesquisavisto que foram descritas as características das instituições que são objetos de estudo e suas políticas de mobilidade estudantil, analisados os perfis dos acadêmicos entrevistados, assim como comparadas as políticas de mobilidade das duas instituições de acordo com a percepção dos entrevistados.

Quanto aos meios de investigação para a realização da pesquisa, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica consiste no exame do acervo, constituído de produções escritas, sobre um determinado assunto, para análise do conhecimento já construído pela humanidade sobre o tema escolhido (RUIZ, 2002).

Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo fazer com que o pesquisador tenha um contato direto com o que já foi produzido sobre o assunto, por meio de jornais, livros, revistas, teses, meios de comunicação orais e audiovisuais em geral, fazendo com que o mesmo examine os materiais com uma nova abordagem e obtenha conclusões inovadoras sobre o assunto.

A pesquisa bibliográfica foi essencial para a pesquisadora ter contato com o que já foi produzido sobre a internacionalização das instituições de ensino superior, o que permitiu o aprofundamento dos seus conhecimentos e a fundamentação do tema abordado na pesquisa.

Após o estudo baseado em publicações sobre o assunto, foi feita uma pesquisa de campo com os acadêmicos que realizaram mobilidade acadêmica nas duas instituições, que objetivou, através da percepção dos estudantes, conhecer as políticas de mobilidade das instituições de ensino superior, e também com os gestores das instituições em estudo, procurando caracterizar as políticas de mobilidade estudantil.

A pesquisa de campo pode ser descrita como a observação de como ocorrem espontaneamente os fenômenos e fatos, a coleta de dados sobre os mesmos e o apontamento de variáveis relevantes para posterior análise (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), utiliza-se a pesquisa de campo a fim de obter conhecimento acerca de um problema, objetivando a descoberta de novos fenômenos e suas relações, ou até mesmo encontrar uma hipótese ou resposta que se queira comprovar.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO

A população-alvo, ou universo, de um estudo nada mais é do que o conjunto de indivíduos que apresentam no mínimo alguma característica em comum que seja de interesse para a pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Marconi e Lakatos (2003), definem população como um grupo que possui alguma característica em comum (sexo, faixa etária, lugar em que vivem), composto por seres inanimados ou animados, que serão pesquisados.

Esta pesquisa tem como população-alvo os gestores das instituições de ensino e os acadêmicos que realizaram mobilidade acadêmica de 2006 a 2015 nas duas instituições de ensino superior analisadas que foram estudadas, tendo como característica em comum o fato de terem tido contato com as ações de mobilidade acadêmica de ambas as instituições.

Quadro 3 - Estruturação da População-Alvo.

| Objetivo | Período | Extensão | Unidade de Amostragem | Elemento |
|---|----------------|-------------------|-------------------------------|---------------------------|
| Caracterizar as universidades que são objetos de estudo e suas políticas de mobilidade estudantil | Fevereiro 2016 | Brasil e Portugal | Instituição A e Instituição B | Gestores das instituições |
| Analisar o perfil dos estudantes | Fevereiro 2016 | Brasil e Portugal | Instituição A e Instituição B | Estudantes em mobilidade |
| Conhecer a percepção dos estudantes | Março 2016 | Brasil e Portugal | Instituição A e Instituição B | Estudantes em mobilidade |

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

3.2.1 Amostragem

A amostra consiste em uma parcela da população-alvo, é um subconjunto da população que é objeto de investigação da pesquisa, e é determinada de acordo

com uma regra ou um plano. A amostra pode ser probabilística ou não-probabilística (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Marconi e Lakatos (2003) definem amostra probabilística como a seleção aleatória de membros da população, ou seja, todos os membros têm a mesma probabilidade de ser escolhido para a amostra. Já a amostra não-probabilística não seleciona seus membros de forma aleatória, sendo menos utilizada que a amostra probabilística.

As amostras probabilísticas podem ser: simples, na qual todos os membros da população têm a mesma chance de serem incluídos na amostra; estratificadas, onde os estratos são definidos previamente e estarão inclusos na amostra; ou por agrupamento, que é caracterizada pela união de amostras representativas da população-alvo (KAUARK; MANHÃES e MEDEIROS, 2010).

As amostras não-probabilísticas podem ser acidentais, por quotas ou intencionais. As acidentais são representadas por pessoas que vão aparecendo por acaso, já as amostras por quotas são compostas pelos “diversos elementos constantes da população/universo, na mesma proporção” (KAUARK; MANHÃES e MEDEIROS, 2010, p. 61). As amostras intencionais são escolhidas por julgamento do pesquisador.

A amostra utilizada nesta pesquisa é composta pelos acadêmicos que realizaram mobilidade acadêmica entre os anos de 2006 e 2015 e é classificada como amostra não probabilística por julgamento.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

No plano de coleta de dados, o pesquisador deve definir quais serão os instrumentos e técnicas que utilizará para coletar os dados necessários para a realização da pesquisa.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), os dados primários são de autoria do próprio pesquisador, e não estão disponíveis em nenhum outro documento. Os dados secundários, por sua vez, podem ser encontrados em bibliotecas, ou seja, estão disponíveis em outros documentos, não foram feitos especialmente para a pesquisa em questão.

Para esta pesquisa, os dados foram oriundos de dados primários, visto

que foram aplicados questionários elaborados pela pesquisadora, e secundários, através de documentos provenientes das Universidades, que se fazem necessários para a caracterização das duas instituições de ensino superior que foram estudadas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a coleta de dados pode ser realizada através de vários procedimentos, que são selecionados de acordo com o tipo de investigação da pesquisa. As técnicas de pesquisa mais comuns são a coleta documental, a observação, a entrevista, o questionário, o formulário, medidas de opiniões e de atitudes, técnicas mercadológicas, testes, sociometris, análise de conteúdo e história de vida.

A coleta de dados aconteceu em dois momentos: inicialmente foi realizado uma entrevista semi-estruturada, presente no Apêndice A, com os gestores do setor de Relações Internacionais das instituições em estudo. Com o gestor da instituição de Portugal, a entrevista aconteceu por meio eletrônico. Já com o gestor da instituição brasileira a entrevista foi realizada pessoalmente. No segundo momento foi realizado uma pesquisa com os acadêmicos das duas instituições, através de questionário estruturado e com perguntas fechadas e abertas, presente no Apêndice B, aplicado via *Google Docs*, para conhecer a motivação e expectativas dos acadêmicos em mobilidade.

De acordo com Pinheiro (2010), a pesquisa pode apresentar abordagem qualitativa e/ou quantitativa. A abordagem qualitativa é caracterizada pelo autor como uma forma de compreender detalhadamente as características e significados mostradas pelos entrevistados. Ela é utilizada para o levantamento de hipóteses e possui métodos de coleta e análise adequados para a pesquisa exploratória.

Já a abordagem quantitativa visa verificar a relação entre causa e efeito, traduzindo em números as informações para analisá-las posteriormente. Esta abordagem faz o uso de técnicas e recursos estatísticos como média, porcentagem, moda, mediana, entre outros, para classificação e análise. quantificando a coleta de informações (PINHEIRO, 2010).

A abordagem predominante deste estudo é a abordagem qualitativa, por se tratar de análise de dados e buscar descrever de forma exploratória as políticas de mobilidade acadêmicas das universidades em estudo. A técnica de coleta utilizada para captura de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas como forma de obter um número maior de informações sobre o assunto abordado, e o questionário com perguntas fechadas e abertas sobre o assunto em

questão.

Os questionários são instrumentos de pesquisa que são elaborados cuidadosamente, em que o informante responde por escrito à uma série de perguntas. Eles devem conter questões bem articuladas para o bom entendimento da população-alvo, e também instruções de como preenchê-lo. Pode-se citar como vantagem desta técnica de coleta o fato de permitir sua aplicação a um número elevado de informantes ao mesmo tempo (RUIZ, 2002).

As entrevistas semi-estruturadas são realizadas de acordo com um plano pré estabelecido com pessoas selecionadas, em que as perguntas são predeterminadas, e em sua realização, o entrevistador deve seguir um roteiro (MARKONI; LAKATOS, 2003).

Na elaboração da entrevista semi-estruturada com os gestores dos setores de Relações Internacionais de ambas as instituições, buscou-se abordar temas que contemplassem os objetivos desta pesquisa, como as bolsas oferecidas pelas instituições aos acadêmicos e os acordos que as mesmas possuem com instituições de outros países.

No questionário para os acadêmicos, buscou-se primeiramente definir seu perfil através de dados como a idade, período de intercâmbio, e país de destino. As questões abertas permitiram mostrar o ponto de vista dos acadêmicos sobre as políticas de sua instituição de ensino superior em relação a internacionalização do ensino.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Após a realização da coleta dos dados necessários para a realização da pesquisa, foi realizada a análise dos dados coletados. A análise de dados consiste na classificação, organização e interpretação das informações obtidas, estabelecendo relações entre as mesmas, como pontos de convergência e divergência, tendências, regularidades, entre outras. Em alguns casos, quando há necessidade, a análise de dados inclui o tratamento estatístico dos mesmos (PÁDUA, 2006).

A análise foi realizada a partir dos dados coletados nas entrevistas e nos questionários, e posteriormente os mesmos foram tratados para melhor compreender e atender os objetivos propostos neste trabalho.

Em relação às técnicas de análise utilizadas para o presente estudo, foram utilizados quadros com os dados obtidos através dos questionários respondidos pelos acadêmicos e das entrevistas com os gestores, considerando a abordagem qualitativa do trabalho.

A abordagem qualitativa diz que existe um vínculo indissociável entre o sujeito e o mundo real, e seu processo de pesquisa inclui a atribuição de significados e a interpretação dos fenômenos estudados, com dados descritivos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta inicialmente a caracterização das instituições em estudo, e em seguida os resultados obtidos em dois momentos. Primeiramente fez-se uma entrevista com os gestores dos setores de Relações Internacionais das duas instituições em estudo, para conhecer a política de mobilidade acadêmica destas instituições. Posteriormente, com a intenção de conhecer a percepção dos acadêmicos que participaram de mobilidade acadêmica, foi aplicado um questionário com perguntas abertas.

Para fins de entendimento, as instituições serão apresentadas da seguinte maneira: Letra **A** intitula a instituição Brasileira, letra **B** intitula da instituição Portuguesa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

4.1.1 Instituição A

A Instituição A, localizada no sul do Brasil, surgiu de uma mantenedora, a qual foi criada em 22 de junho de 1968 a partir de um movimento comunitário regional, inicialmente com cursos para o Magistério. Devido a expansão econômica da região, foram criados outros cursos ao longo dos anos para atender a demanda das empresas (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2016).

Antes de se situar no atual Campus Universitário, a mantenedora iniciou suas atividades em um Colégio, passando para uma Escola Técnica em 1971 e finalmente se estabeleceu no Campus, no ano de 1974 (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2016).

A mantenedora possuía quatro Unidades de Ensino, as quais foram unificadas em 1991 durante o Processo de Universidade. Após 7 anos de processo, em 1997, houve a transformação das Faculdades em Universidade, e a instituição passou a ter como missão “promover o desenvolvimento regional para melhorar a qualidade do ambiente de vida”(UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2016).

A instituição A tem como visão de futuro "Ser reconhecida como uma Universidade Comunitária, de excelência na formação profissional e ética do cidadão, na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, com compromisso sócio-ambiental" (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2016).

Além dos 36 cursos de graduação e 10 tecnológicos, a instituição oferece 31 cursos de pós-graduação, investe em projetos de pesquisa e extensão e ainda tem um colégio integrado à Universidade (UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, 2016).

4.1.2 Instituição B

A atual Instituição B, localizada no sul de Portugal, é resultado da união de duas instituições: a Universidade, que teve seu primeiro Reitor nomeado no ano de 1982, e o Instituto Politécnico da cidade em que está situada. (UNIVERSIDADE DO ALGARVE, 2016).

Em 1988 o Governo decretou a articulação das duas instituições, e posteriormente foram criados Estatutos da Instituição em estudo, tendo em vista a necessidade que a região possuía de uma instituição capaz de encarar os problemas de desenvolvimento de Portugal. Após a aprovação dos Estatutos, foi decretada a extinção do Instituto Politécnico que compunha a Universidade, para efeitos de enquadramento legal adequado em termos de patrimônio (UNIVERSIDADE DO ALGARVE, 2016).

De acordo com seu Estatuto, a Instituição B tem como alguns de seus fins fundamentais a investigação científica de alto nível e o desenvolvimento experimental; a promoção da internacionalização de suas atividades; formação científica, técnica, profissional, humanística e cultural, entre outros objetivos (UNIVERSIDADE DO ALGARVE, 2016).

Atualmente a Instituição B é diferente das demais universidades, visto que possui o Ensino Superior Universitário e o Politécnico, e conta com: 52 cursos de graduação e 5 com mestrados integrados, 23 cursos de pós graduação. 67 mestrados e 25 doutorados, além de 14 cursos técnicos superiores profissionais. (UNIVERSIDADE DO ALGARVE, 2016).

4.2 ENTREVISTA COM OS GESTORES

Para melhor visualização e comparação das instituições em estudo, as respostas obtidas nas entrevistas com os gestores dos setores de Relações Internacionais estão representadas no Quadro 4.

Quadro 4- Entrevista com os gestores dos setores de Relações Internacionais das Instituições em estudo.

| Instituição A | Instituição B |
|---|--|
| Quanto a promoção de programas de incentivo | |
| Através do site da Universidade; recepção dos calouros; <i>folders</i> em pontos de visibilidade da instituição. Se o edital é direcionado para um curso, a Coordenação dos cursos divulga aos alunos por e-mail. | Através de Sessões de esclarecimento; informação na página Web; pedidos aos Coordenadores de Mobilidade que divulguem a informação da página. |
| Quanto aos tipos de bolsas oferecidas | |
| Santander e Ciência sem Fronteiras. | Bolsas Erasmus. |
| Quanto as parcerias para mobilidade acadêmica | |
| A instituição possui 29 Universidades parceiras atualmente, distribuídas em 15 países. | A instituição possui cerca de 320 Universidades parceiras em todo o mundo. |
| Quanto ao número de acadêmicos que já realizaram mobilidade acadêmica | |
| 53 acadêmicos já realizaram mobilidade. | Cerca de 1200. |
| Quanto aos países preferidos pelos acadêmicos para a realização da mobilidade | |
| Portugal e Espanha. | Espanha, Polônia, França e República Checa. |
| Quanto aos acadêmicos que estão atualmente em mobilidade acadêmica | |
| Atualmente 6 estudantes estão em mobilidade na Espanha, Holanda e Inglaterra. | Atualmente 84 estudantes estão em mobilidade na Alemanha, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Macau, Polônia, Reino Unido e República Tcheca. |
| Quanto aos cursos que oferecem mobilidade acadêmica | |
| Todos os cursos oferecem mobilidade. | Com exceção do curso de Medicina, todos. |
| Quanto ao tempo de estadia dos intercambistas no exterior | |
| De 6 meses a 1 ano. | De 6 meses a 1 ano. |
| Quanto ao aproveitamento de disciplinas cursadas no exterior | |
| Por lei, é necessário que o aluno autentique no consulado da jurisdição em que ele estudou os documentos referentes as matérias cursadas. Porém o documento só é enviado para o aluno e para a Instituição A cerca de 2 meses após o fim do intercâmbio, o que tem gerado um problema no aproveitamento das matérias. | “A Instituição parceira envia um <i>Transcript of Records</i> – TR (Histórico) com as classificações que depois serão convertidas para classificações nacionais, com base numa tabela publicada em Diário da República.” |
| Quanto a idade média dos acadêmicos de realizam mobilidade acadêmica | |
| De 21 a 23 anos. | Aproximadamente 20 anos. |
| Outros tipos de acordos de mobilidade oferecidos | |
| Além do Santander e Ciência sem Fronteiras, a Instituição A proporciona mobilidade acadêmica com instituições parceiras (sem bolsa) para alunos dos cursos de graduação e pós graduação. | “Neste momento existem os Acordos Erasmus+; Erasmus Mundus; Protocolos de Cooperação e já tivemos no passado as Bolsas Santander que permitia aos nossos estudantes saírem em Mobilidade para o Brasil.” |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

De acordo com os dados obtidos na entrevista, descritos no Quadro 4, percebe-se que ambas as instituições divulgam a mobilidade acadêmica praticamente da mesma maneira, através dos sites das Universidades e também solicitando apoio das coordenações dos cursos. Porém a Instituição B realiza Sessões de Esclarecimento periodicamente sobre os programas de mobilidade, ocasionando a ampla divulgação do tema entre os alunos, enquanto a Instituição A aborda o tema na recepção dos calouros.

Quanto as bolsas ofertadas aos acadêmicos das instituições, observa-se que ambas as instituições participam dos principais programas que ofertam bolsas para os acadêmicos dos dois países. A Instituição A conta atualmente com duas, a Bolsa Santander e o Ciência sem Fronteiras, os principais programas, que conforme capítulo 2, levam centenas de estudantes para realizar mobilidade em instituições estrangeiras, tornando-se os grandes responsáveis pelo maior número de mobilidades realizadas pelos acadêmicos brasileiros. Já a Instituição B conta com o *Erasmus*, que como também citado no capítulo 2, permite os alunos europeus a realizarem intercâmbio nos países pertencentes à União Europeia, sendo o principal programa europeu de intercâmbio.

Em relação aos acordos das instituições em estudo com instituições no exterior, a Instituição B possui um maior número de acordos, contabilizados em 320, enquanto a Instituição A conta com apenas 29. Outra característica que apresenta divergência entre as duas instituições é o número de acadêmicos que já realizaram mobilidade acadêmica de cada Universidade, visto que a Instituição A enviou 59 alunos para o exterior e possui 6 em processo de mobilidade, enquanto a Instituição B enviou cerca de 1200 e conta com 84 alunos no exterior.

De acordo com a entrevista, nota-se que os alunos brasileiros têm como um de seus principais destinos de mobilidade Portugal, o que condiz com os dados da Figura 2 (capítulo 2), que apresenta as principais nacionalidades dos acadêmicos que realizam mobilidade acadêmica em Portugal. Nesta Figura, o Brasil está em primeiro lugar, com o maior número de acadêmicos realizando mobilidade acadêmica no país europeu. De acordo com Portugal (2014), tal posição deve-se aos vários acordos de cooperação e programas de intercâmbio firmados pelos Governos e instituições de ensino superior de ambos os países, e pelo fato de o idioma de ambos os países serem o mesmo.

Apesar de Portugal receber muitos acadêmicos brasileiros, o mesmo não acontece com o Brasil, que não está entre os principais destinos dos alunos portugueses, tendo em vista que a bolsa concedida atualmente para os alunos portugueses (bolsa Erasmus) são para países pertencentes a União Europeia, e não há mais as bolsas Santander que permitiam o intercâmbio no Brasil.

A Espanha está entre os principais países de destino de ambas as instituições, e de acordo com o gestor entrevistado da Instituição A, o principal motivo destes países serem apontados como principais destinos é o idioma, visto que para países que possuem o inglês como língua oficial, além de apresentarem maior dificuldade para comunicação, requerem teste de proficiência, o que pode ser apresentado como uma barreira para alguns acadêmicos.

De acordo com os gestores, a faixa etária dos acadêmicos de ambas as instituições que participaram de mobilidade também é a mesma (aproximadamente 20 anos), e o período de mobilidade também é em maioria 1 semestre. Todos os cursos das duas Universidades oferecem mobilidade acadêmica, com exceção do curso de Medicina da Instituição B.

Quanto ao processo de aproveitamento das disciplinas, houve divergência nas respostas. A Instituição A exige que o acadêmico autentique, no consulado da jurisdição em que o mesmo estudou, os documentos originais emitidos pela instituição receptora, mesmo com a informação de que o documento só é emitido cerca de dois meses após o fim do intercâmbio. Já a Instituição B, após receber o histórico com as médias da instituição do exterior, converte as mesmas para as classificações nacionais baseando-se em uma tabela presente no Diário da República.

4.3 QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO, APLICADO EM ACADÊMICOS QUE REALIZARAM MOBILIDADE ACADÊMICA

Conforme dados disponibilizados pelos gestores entrevistados, 59 acadêmicos da Instituição A realizaram mobilidade acadêmica, e cerca de 1200 alunos da Instituição B também participaram de programas de mobilidade. Para o envio do *link* do questionário para os acadêmicos, obteve-se uma relação de nomes e endereços eletrônicos dos alunos da Instituição A, por onde foi possível encaminhá-lo aos mesmos. Quanto aos acadêmicos da Instituição B, o setor de

Relações Internacionais da instituição se disponibilizou a enviar o *link* do questionário a estes alunos, visto que seria mais provável que respondessem o questionário a pedido da Universidade.

Dos questionários enviados, obteve-se o retorno de 15 acadêmicos da Instituição A e 26 acadêmicos da Instituição B, os quais foram numerados e não identificados a fim de preservá-los.

Inicialmente apresenta-se o perfil dos acadêmicos investigados:

Quadro 5 - Perfil dos acadêmicos da Instituição A que realizaram mobilidade acadêmica.

| Entrevistado | Idade | Estado Civil | Curso | Ocupação | País de Intercâmbio | Período de Intercâmbio |
|--------------|-------|--------------|-------------------|--------------------------|---------------------|------------------------|
| 1 | 25 | Casado | Psicologia | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 2 | 19 | Solteiro | Comércio Exterior | Coordenador de qualidade | Espanha | 1 semestre |
| 3 | 22 | Solteiro | Comércio Exterior | Estudante | Portugal | 1 semestre |
| 4 | 21 | Solteiro | Engenharia Civil | Engenheiro | Itália | 1 semestre |
| 5 | 23 | Solteiro | Letras | Professor de Inglês | Portugal | 1 semestre |
| 6 | 19 | Solteiro | Psicologia | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 7 | 26 | Solteiro | Comércio Exterior | Auxiliar de Exportação | Espanha | 1 semestre |
| 8 | 21 | Solteiro | Engenharia Civil | Estudante | Estados Unidos | 13 meses |
| 9 | 21 | Solteiro | Direito | Autônomo | Portugal | 1 semestre |
| 10 | 20 | Solteiro | Direito | Servidor Público | Portugal | 1 semestre |
| 11 | 22 | Solteiro | Medicina | Estagiário | Portugal | 1 mês |
| 12 | 22 | Solteiro | Psicologia | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 13 | 22 | Solteiro | Medicina | Estudante | Inglaterra | 1 semestre |
| 14 | 20 | Solteiro | Nutrição | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 15 | 20 | Solteiro | Comércio Exterior | Auxiliar de Importação | Portugal | 1 ano |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

De acordo com as respostas descritas no Quadro 5, pode-se traçar o perfil do acadêmico da Instituição A que participa de programas de mobilidade acadêmica. Os estudantes realizam mobilidade entre 19 e 22 anos em sua maioria, são solteiros, não trabalham, são geralmente acadêmicos dos cursos de Comércio Exterior e Psicologia, seguido por Direito e Engenharia Civil.

Os alunos ficam um semestre em mobilidade e os países de destino predominantes são Espanha e Portugal. Percebe-se que o fator do idioma influencia o destino dos intercambistas, como mostrado na Figura 2 (capítulo 2).

Quadro 6 - Perfil dos acadêmicos da Instituição B que realizaram mobilidade acadêmica.

| Entrevistado | Idade | Estado Civil | Curso | Ocupação | País de Intercâmbio | Período de Intercâmbio |
|--------------|-------|--------------|---------------------------------------|---------------------------|---------------------|------------------------|
| 1 | 22 | Solteiro | Administração | Estudante | Brasil | 1 semestre |
| 2 | 21 | Solteiro | Economia | Estudante | Polônia | 1 semestre |
| 3 | 23 | Solteiro | Gestão de Empresas | Presidente da ESN Algarve | Polônia | 1 semestre |
| 4 | 22 | Solteiro | Mestrado Integrado em Eng. Eletrônica | Estudante | Turquia | 1 semestre |
| 5 | 20 | Solteiro | Turismo | Estudante | Letônia e Polônia | 1 semestre em ambos |
| 6 | 20 | Solteiro | Turismo | Estudante | Polônia | 1 semestre |
| 7 | 22 | Solteiro | Línguas e Comunicação | Estudante | Polônia | 1 semestre |
| 8 | 20 | Solteiro | Bioquímica | Estudante | República Tcheca | 1 ano |
| 9 | 21 | Solteiro | Economia | Estudante | Polônia | 1 semestre |
| 10 | 24 | Solteiro | Línguas e Comunicação | Tutor | República Tcheca | 1 semestre |
| 11 | 20 | Solteiro | Engenharia Informática | Estudante | Inglaterra | 1 semestre |
| 12 | 21 | Solteiro | Ciências Farmacêuticas | Estagiário | Espanha | 1 semestre |
| 13 | 21 | Solteiro | Economia | Estudante | Brasil | 1 semestre |
| 14 | 24 | Solteiro | Biotecnologia | Estudante | Irlanda | 1 semestre |
| 15 | 21 | Solteiro | Gestão de Empresas | Estudante | República Tcheca | 1 semestre |
| 16 | 21 | Solteiro | Gestão de Empresas | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 17 | 20 | Solteiro | Gestão de Empresas | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 18 | 21 | Solteiro | Psicologia | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 19 | 23 | Solteiro | Gestão de Empresas | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 20 | 17 | Solteiro | Turismo | Estudante | Espanha | 1 semestre |
| 21 | 22 | Solteiro | Gestão Hoteleira | Estudante | Holanda | 1 semestre |
| 22 | - | Solteiro | Gestão | Supervisor | Espanha | 1 semestre |
| 23 | 27 | Solteiro | Psicologia | Estudante | Itália | 1 semestre |
| 24 | 20 | Solteiro | Design de Comunicação | Estudante | Itália | 4 meses |
| 25 | 20 | Solteiro | Design de Comunicação | Estudante | Itália | 4 meses |
| 26 | 20 | Solteiro | Economia | Estudante | Dinamarca | 1 semestre |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Quanto ao perfil dos acadêmicos da Instituição B que realizam mobilidade acadêmica, observa-se no Quadro 6 que os alunos têm entre 20 e 22 anos, são solteiros, não trabalham e são em maioria estudantes de Gestão de Empresas e Economia. Ficam 1 semestre em mobilidade principalmente em países como

Polônia, Espanha e República Tcheca. Nota-se que estes países pertencem à União Europeia, e mostra que os objetivos de consolidação de uma dimensão europeia de educação proposto pelo programa Erasmus estão sendo executados (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2007).

Quadro 7 - Respostas individuais dos acadêmicos da Instituição A.

| 1) Quanto a forma do conhecimento da existência da mobilidade acadêmica | |
|--|---|
| Entrevistado 01- Através da mídia da Universidade. | Entrevistado 02- Buscou informações na Universidade. |
| Entrevistado 03- Através de e-mail do setor de Relações Internacionais. | Entrevistado 04- Através de amigos. |
| Entrevistado 05- Através de divulgação em sala de aula por parte do Coordenador do curso. | Entrevistado 06- Através do site da Instituição A. |
| Entrevistado 07- Através de e-mail do setor de Relações Internacionais. | Entrevistado 08- Através da internet. |
| Entrevistado 09- Através de pesquisa no site da Instituição A, e e-mail do setor de Relações Internacionais. | Entrevistado 10- Através de divulgação em sala de aula por parte do Coordenador do curso. |
| Entrevistado 11- Através de colegas. | Entrevistado 12- Através de e-mail do setor de Relações Internacionais. |
| Entrevistado 13- Através da internet e relato de amigo que havia feito mobilidade. | Entrevistado 14- Através de e-mail do setor de Relações Internacionais. |
| Entrevistado 15- Através de e-mail do setor de Relações Internacionais. | |
| 2) Quanto a divulgação da mobilidade acadêmica na Universidade | |
| Entrevistado 01- Não é bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 02- Não é bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 03- Não é bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 04- Não é bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 05- Somente por e-mail. | Entrevistado 06- Não é bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 07- Somente por e-mail, mas sem ênfase no assunto. | Entrevistado 08- Não é bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 09- A mobilidade acadêmica é divulgada na Universidade, com postagens no site da instituição, vídeos acerca dos programas com relatos de alunos que já tiveram esta experiência. | Entrevistado 10- Não é bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 11- A mobilidade acadêmica é divulgada para os alunos. | Entrevistado 12- Não é bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 13- A mobilidade acadêmica é divulgada com banners espalhados pelo campus. | Entrevistado 14- Não é bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 15- A mobilidade acadêmica não é bem divulgada. Há divulgação via e-mails e murais na instituição mas falta informação. | |
| 3) Quanto aos motivos que levaram os acadêmicos a realizar a mobilidade | |
| Entrevistado 01- Conhecer outras culturas. | Entrevistado 02- Conhecer outras culturas, idiomas, e experiência de vida pessoal, acadêmica e profissional. |
| Entrevistado 03- Vontade de viajar, ter novas experiências, sair da zona de conforto, conhecer novos métodos de estudo e aprendizagem. | Entrevistado 04- Ampliar conhecimentos, aprender outra língua e conhecer outras culturas. |

Continuação...

Continua

| | |
|---|---|
| Entrevistado 05- Experiência acadêmica diferenciada. | Entrevistado 06- Conhecer outras culturas e aperfeiçoar o idioma. |
| Entrevistado 07- Conhecer outros países, viajar, aprender outro idioma e experiência de estudar no exterior. | Entrevistado 08- Aperfeiçoamento acadêmico e pessoal. |
| Entrevistado 09- Melhorar formação profissional. | Entrevistado 10- Viajar e experiência de morar no exterior. |
| Entrevistado 11- Experiência. | Entrevistado 12- Busca de novas experiências, explorar novas culturas, aprimorar o idioma e melhorar o currículo. |
| Entrevistado 13- Possibilidade de estudar em uma instituição renomada, conhecer novas culturas e viajar. | Entrevistado 14- Conhecimento na área e experiência de vida. |
| Entrevistado 15- Experiência de vida, conhecer novas culturas, viajar, melhorar o currículo acadêmico. | |
| 4) Quanto as dificuldades e desafios encontrados durante a mobilidade | |
| Entrevistado 01- Falta de informação do setor de Relações Internacionais. | Entrevistado 02- Pouco tempo para organizar a viagem, falta de auxílio da Universidade, dificuldade para encontrar acomodação e validar as matérias no Brasil. |
| Entrevistado 03- Pouca colaboração e acompanhamento do setor de Relações Internacionais. | Entrevistado 04- Não ser bem aceito pelos colegas no exterior (por ser brasileiro ou intercambista). |
| Entrevistado 05- Dificuldade para retirada do visto e escolha das disciplinas, valor da bolsa pequeno comparado aos gastos, encontrar acomodação, saudade da família e namorado. | Entrevistado 06- Falta de orientação, escolha das matérias. |
| Entrevistado 07- Dificuldade para retirada do visto, falta de suporte antes da ida e idioma. | Entrevistado 08- Proibição de retorno ao Brasil até o fim do intercâmbio. |
| Entrevistado 09- Adaptação, dificuldade para fazer amizades, idioma, perda familiar durante o intercâmbio. | Entrevistado 10- Despreparo/desconhecimento da equipe de Relações Internacionais, apesar de ser muito prestativa. |
| Entrevistado 11- Nenhuma. | Entrevistado 12- Suporte oferecido pela Instituição A ruim, informações vagas e insuficientes. Setor desorganizado e despreparado, sem esforço. |
| Entrevistado 13- Processo seletivo demorado. | Entrevistado 14- Novo idioma e ficar longe de família e amigos. |
| Entrevistado 15- Falta de suporte e despreparo do setor de Relações Internacionais, dificuldade para obtenção do visto. | |
| 5) Quanto ao processo de aproveitamento das disciplinas | |
| Entrevistado 01- Em processo de aproveitamento, considera um desafio. Falta de orientação aos alunos. Voltará ao destino do intercâmbio para tentar validar. | Entrevistado 02- Não conseguiu aproveitar as disciplinas. |
| Entrevistado 03- Em processo de aproveitamento. | Entrevistado 04- Não houve aproveitamento pelo fato de as matérias cursadas não estarem na grade da Instituição A. |
| Entrevistado 05- O processo foi bastante dificultoso, o caso foi até a Secretaria Acadêmica para solução. | Entrevistado 06- Sem tentativa de aproveitamento. |

Continuação...

Continua

| | |
|--|--|
| Entrevistado 07- Não houve aproveitamento pela burocracia da Instituição A. | Entrevistado 08- Sem aproveitamento, as matérias escolhidas eram diferentes das disciplinas presentes na grade da Instituição A. |
| Entrevistado 09- Aproveitou apenas uma matéria. | Entrevistado 10- Não houve aproveitamento por falta de informação sobre a validação da disciplinas. |
| Entrevistado 11- Nenhuma. | Entrevistado 12- Em processo de aproveitamento, não houve orientação ao aluno e a Instituição A se recusa a validar as disciplinas. |
| Entrevistado 13- Provavelmente não. | Entrevistado 14- Sem aproveitamento. |
| Entrevistado 15- Em processo de aproveitamento. Falta de informação por parte da Instituição A, que se recusa a validar as disciplinas. | |
| 6) Quanto ao suporte e apoio da Universidade de origem do acadêmico durante a mobilidade | |
| Entrevistado 01- Insuficiente, a Instituição A não realizou contato no intercâmbio. | Entrevistado 02- Houve suporte em partes, não houve suporte para a obtenção de visto. |
| Entrevistado 03- Insuficiente, falta acompanhamento e informação da Instituição A. | Entrevistado 04- Pouco suporte, a Instituição A não tira dúvidas dos acadêmicos. Porém solicitou ao acadêmico foto para marketing durante a mobilidade. |
| Entrevistado 05- Sempre que necessário, o setor de Relações Internacionais respondia os e-mails. | Entrevistado 06- Recebeu boa orientação por parte da Instituição A. |
| Entrevistado 07- A Instituição A não ofereceu suporte e comunicou ao acadêmico que ele deveria procurar ajuda com ex intercambistas ou com a universidade de destino. | Entrevistado 08- A Instituição A facilitou o intermédio com a instituição de destino. |
| Entrevistado 09- Sem suporte da Instituição A. Departamento de Relações Internacionais muito despreparado e desinformado. | Entrevistado 10- Na ida recebeu apoio, durante o intercâmbio, a Universidade estrangeira o auxiliou com o necessário. |
| Entrevistado 11- Recebeu apoio. | Entrevistado 12- Não recebeu nenhum suporte antes, durante ou depois do intercâmbio. A Universidade receptora orientou e deu todo o suporte necessário antes, durante e depois da mobilidade. |
| Entrevistado 13- O único apoio recebido foi o dinheiro do Ciência sem Fronteiras. | Entrevistado 14- Houve suporte, a Instituição A estava sempre disposta a ajudar. |
| Entrevistado 15- A Instituição A não ofereceu suporte e comunicou ao acadêmico que ele deveria procurar ajuda com ex intercambistas ou com a universidade de destino. | |
| 7) Quanto as melhorias que poderiam ser implantadas na Universidade de origem | |
| Entrevistado 01- Acompanhamento do estudante do começo ao fim do intercambio. Compartilhar experiências com colegas. | Entrevistado 02- Maior auxílio aos intercambista em relação a documentação necessária. |
| Entrevistado 03- Abrir mais editais de mobilidade e receber mais intercambistas. | Entrevistado 04- Maior divulgação nos murais dos cursos de forma mais atraente; profissionais mais competentes e relações internacionais e o departamento acadêmico. |
| Entrevistado 05- Oferta de mais bolsas, melhor política de aproveitamento das disciplinas, oferecer contato para acomodação. | Entrevistado 06- Uma lista de matérias que poderiam ser aproveitadas. |

Continuação...

Continua

| | |
|--|---|
| Entrevistado 07- Melhorar a divulgação e informação quanto as mobilidades acadêmicas. | Entrevistado 08- Incentivar atividades extracurriculares, oferecer aos alunos mais oportunidades para confraternização. |
| Entrevistado 09- Melhorar o Departamento de Relações Internacionais, facilitar o aproveitamento das matérias | Entrevistado 10- Sem opinião para a situação atual da Instituição A, visto que realizou o intercâmbio há alguns anos. |
| Entrevistado 11- Sem resposta. | Entrevistado 12- Melhor preparo dos funcionários do setor de Relações Internacionais, assim como dos professores, que não estão preparados para receber alunos que não falem português/espanhol. |
| Entrevistado 13- Entre as melhorias: gravação das aulas para estudo domiciliar, realização de provas e trabalhos com mais rigidez. | Entrevistado 14- Estimular a falar outras línguas e conhecer outra metodologia de ensino. |
| Entrevistado 15- Profissionais mais qualificados e dispostos a ajudar no setor de Relações Internacionais; criação de um “manual de intercâmbio” para auxiliar os acadêmicos. | |
| 8) Quanto ao tipo de mobilidade realizada pelo acadêmico (bolsas ou acordos) | |
| Entrevistado 01- Bolsa Santander. | Entrevistado 02- Bolsa Santander. |
| Entrevistado 03- Acordo entre as Universidades. | Entrevistado 04- Bolsa Ciência sem Fronteiras. |
| Entrevistado 05- Bolsa Santander. | Entrevistado 06- Bolsa Santander. |
| Entrevistado 07- Bolsa Santander. | Entrevistado 08- Bolsa Ciência sem Fronteiras. |
| Entrevistado 09- Bolsa Santander. | Entrevistado 10- Acordo entre as Universidades. |
| Entrevistado 11- Acordo entre as Universidades. | Entrevistado 12- Bolsa Santander. |
| Entrevistado 13- Bolsa Ciência sem Fronteiras. | Entrevistado 14- Bolsa Santander. |
| Entrevistado 15- Acordo entre as Universidades. | |
| 9) Quanto as bolsas oferecidas pela Universidade de origem que o acadêmico tem conhecimento | |
| Entrevistado 01- Ciência sem Fronteiras e Bolsa Santander. | Entrevistado 02- Bolsa Santander. |
| Entrevistado 03- Bolsa Santander. | Entrevistado 04- Bolsa Ciência sem Fronteiras. |
| Entrevistado 05- Bolsa Santander. | Entrevistado 06- Ciência sem Fronteiras e Bolsa Santander. |
| Entrevistado 07- Bolsa Santander. | Entrevistado 08- Ciência sem Fronteiras. |
| Entrevistado 09- Bolsa Santander. | Entrevistado 10- Bolsa Santander. |
| Entrevistado 11- Sem resposta. | Entrevistado 12- Bolsa Santander. |
| Entrevistado 13- Bolsa Santander. | Entrevistado 14- Ciência sem Fronteiras e Bolsa Santander. |
| Entrevistado 15- Ciência sem Fronteiras e Bolsa Santander. | |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

De acordo com os resultados obtidos através do questionário (presente no Apêndice B) enviado aos acadêmicos da Instituição A que já realizaram

mobilidade, nota-se que grande parte tomou conhecimento da existência da mobilidade acadêmica através de e-mails enviados pelo setor de Relações Internacionais, ou pelo site da universidade, e que os mesmos não consideram que os programas de mobilidade sejam bem divulgados pela instituição.

Entre os principais motivos apontados pelos acadêmicos para a realização da mobilidade, estão: *i)* conhecer novas culturas e idiomas; *ii)* a busca de novas experiências; *iii)* vontade de viajar; *iv)* adquirir conhecimento e melhorar o currículo acadêmico, que vem de encontro com os resultados da pesquisa realizada por Lima e Riegel (2015) sobre os principais motivos que levam os acadêmicos a realizarem um programa de intercâmbio.

Em relação às principais dificuldades e desafios enfrentados durante a mobilidade, os entrevistados colocam em primeiro lugar a falta de suporte e auxílio oferecido pela Instituição A. Os acadêmicos também citam a dificuldade para obtenção do visto, como mencionado por Portugal (2014) como uma das principais dificuldades encontradas em um intercâmbio.

A escolha das matérias e validação das mesmas também são citadas pelos acadêmicos, dado que corrobora o que Teichler (2004) afirma sobre a tendência que as instituições de ensino têm de desmerecer o que foi realizado em outros países e que não estejam na grade da instituição de origem, somado ao fato de cada país ter uma diferente forma de controle e supervisão da avaliação, certificação e aprovação de assuntos relacionados à educação. E por fim, a dificuldade em encontrar acomodação e o idioma também estão incluídas nos principais desafios mencionados pelos alunos.

Quando perguntados sobre o aproveitamento das disciplinas cursadas na exterior, mais da metade dos acadêmicos entrevistados responderam que não conseguiram aproveitar as matérias, enquanto 5 alunos estão em processo de aproveitamento e apenas 2 acadêmicos conseguiram aproveitar algumas matérias.

Observou-se uma falta de suporte e apoio prestados aos acadêmicos em mobilidade por parte da Instituição A. Dos 15 respondentes, 8 alegaram que não receberam suporte da Instituição; 5 responderam que a Instituição A ofereceu suporte, respondendo e-mails e orientando os mesmos, ou facilitando o intermédio com a instituição estrangeira, e 2 consideram o suporte oferecido pela instituição insuficiente.

No que tange as melhorias na Instituição A sugeridas pelos acadêmicos que realizaram mobilidade, a maioria dos respondentes cita a maior qualificação e preparação dos profissionais do setor de Relações Internacionais para o auxílio dos alunos que irão realizar mobilidade acadêmica. Entre as outras melhorias mencionadas pelos alunos, estão: *i)* a abertura de mais editais de mobilidade, assim como bolsas; *ii)* melhor divulgação dos programas de intercâmbio na instituição, de forma mais atraente; *iii)* melhorar a política de aproveitamento das disciplinas; *iiii)* incentivar atividades extracurriculares, oferecendo aos alunos mais oportunidades para confraternização; *iv)* gravação das aulas para estudo domiciliar e realização de provas e trabalhos com mais rigidez; *v)* estimular os alunos a aprender um novo idioma; *vi)* permitir com que os alunos possam compartilhar suas experiências após voltar da mobilidade acadêmica; *vii)* criação de um “manual de intercâmbio” com o objetivo de auxiliar melhor os acadêmicos.

Verificou-se que em relação ao tipo de financiamento da mobilidade realizada pelos acadêmicos (bolsa ou acordo entre as instituições), 11 alunos receberam bolsa para estudar no exterior, dos quais 3 acadêmicos foram contemplados com bolsas do programa Ciência sem Fronteiras, e 8 com bolsas do Santander. O restante dos acadêmicos (4), realizaram programas de mobilidade acadêmica proporcionada por acordos entre as instituições, nos quais os mesmos foram totalmente responsáveis pelos custos financeiros.

Quando questionados aos tipos de bolsas que a Instituição A oferece aos alunos que os respondentes têm conhecimento, observa-se que apenas 3 acadêmicos mencionaram que conhecem os principais tipos de bolsas oferecidas pela instituição (Ciência sem Fronteiras e Bolsa Santander). Oito alunos citaram que conhecem apenas a Bolsa Santander, enquanto um acadêmico possui conhecimento somente sobre o Ciência sem Fronteiras, e um único aluno não possui conhecimento sobre as bolsas oferecidas pela Instituição A.

Quadro 8 - Respostas individuais dos acadêmicos da Instituição B.

| 1) Quanto a forma do conhecimento da existência da mobilidade acadêmica | |
|--|--|
| Entrevistado 01- Buscou informações na Universidade. | Entrevistado 02- Através de amigos. |
| Entrevistado 03- Trabalha na área ajudando os acadêmicos de mobilidade e possui contato com o setor de Relações Internacionais. | Entrevistado 04- Através de professores no ensino secundário. |
| Entrevistado 05- Através da internet. | Entrevistado 06- Através de sessão de esclarecimento. |
| Entrevistado 07- Através de colegas. | Entrevistado 08- Na Universidade. |
| Entrevistado 09- Através de acadêmicos que realizaram mobilidade. | Entrevistado 10- Através de informações na Universidade e amigos. |
| Entrevistado 11- Através de professores no ensino secundário. | Entrevistado 12- Através da Universidade e acadêmicos que realizaram mobilidade. |
| Entrevistado 13- Através de pesquisa própria por programas de bolsas. | Entrevistado 14- Através de e-mail proveniente do setor de Relações Internacionais da Universidade. |
| Entrevistado 15- Através da internet. | Entrevistado 16- Através de palestra da Coordenadora. |
| Entrevistado 17- Através de colegas. | Entrevistado 18- Através da Universidade, colegas e site. |
| Entrevistado 19- Através de colegas. | Entrevistado 20- Na Universidade. |
| Entrevistado 21- Através de colegas. | Entrevistado 22- Na Universidade. |
| Entrevistado 23- Através de colegas e professores. | Entrevistado 24- Através de colegas. |
| Entrevistado 25- Através de acadêmicos que realizaram mobilidade. | Entrevistado 26- Através de acadêmicos que realizaram mobilidade. |
| 2) Quanto a divulgação da mobilidade acadêmica na Universidade | |
| Entrevistado 01- Muitos acadêmicos fazem mobilidade, sabe-se pelo boca-a-boca, é bem divulgada. | Entrevistado 02- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 03- “Poderia ser melhor, mas também é dever da <i>Erasmus Student Network</i> ” | Entrevistado 04- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 05- É mais ou menos divulgada na Universidade. | Entrevistado 06- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 07- Não é bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 08- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 09- É bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 10- Há muita informação, atendimento impecável |
| Entrevistado 11- É bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 12- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 13- É bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 14- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 15- A divulgação pode ser melhor explorada. | Entrevistado 16- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 17- Não é bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 18- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 19- É bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 20- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 21- É bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 22- É bem divulgada na Universidade. |
| Entrevistado 23- É bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 24- Não é bem divulgada na Universidade. |

Continuação...

Continua

| | |
|--|---|
| Entrevistado 25- Não é bem divulgada na Universidade. | Entrevistado 26- É divulgada de modo satisfatório. |
| 3) Quanto aos motivos que levaram os acadêmicos a realizar a mobilidade | |
| Entrevistado 01- Interesse por conhecer o Brasil. | Entrevistado 02- Conhecer um novo país, novas culturas e línguas. |
| Entrevistado 03- Conhecer novas culturas, línguas, climas . | Entrevistado 04- Cansado de estar sempre no mesmo lugar. |
| Entrevistado 05- Conhecer novas culturas e línguas. | Entrevistado 06- Conhecer novas culturas. |
| Entrevistado 07- Oportunidade de estudar num país diferente. | Entrevistado 08- Conhecer nova cultura e diferentes métodos de ensino. |
| Entrevistado 09- Sair da zona de conforto, adquirir mais conhecimentos, estar em contato com outras nacionalidades, lidar com advertências que pudessem surgir, testar capacidade de adaptação. | Entrevistado 10- Necessidade de independência e noção de outras realidades e culturas. |
| Entrevistado 11- Vontade de mudar, novas experiências. | Entrevistado 12- Crescimento pessoal e profissional. Alargar horizontes. Conhecer outras universidades e outras pessoas e métodos de trabalho. |
| Entrevistado 13- Conhecer novas culturas e hábitos, enriquecer o <i>curriculum vitae</i> , e em termos profissionais. "(...) demonstra um espírito de aventura, descoberta, autodeterminação, personalidade da pessoa." | Entrevistado 14- Vontade de viver/estudar no exterior. |
| Entrevistado 15- Troca de culturas, expandir horizontes. | Entrevistado 16- Aventura e oportunidade. |
| Entrevistado 17- Experiência internacional. | Entrevistado 18- Novos desafios, nova língua. |
| Entrevistado 19- Interesse em aprender nova língua. | Entrevistado 20- Adquirir conhecimento. |
| Entrevistado 21- Conhecer novas culturas. | Entrevistado 22- Experiência. |
| Entrevistado 23- Experiência de sair de casa e conhecer outras culturas. | Entrevistado 24- Experiência pessoal e profissional. |
| Entrevistado 25- Experiência pessoal e profissional. | Entrevistado 26- Treinar inglês, ter contato com pessoas de diferentes culturas, conhecer um novo país, obter novos conhecimentos. |
| 4) Quanto as dificuldades e desafios encontrados durante a mobilidade | |
| Entrevistado 01- Muita burocracia. | Entrevistado 02- Idioma, e o fato de quase ninguém falar inglês. |
| Entrevistado 03- Idioma. | Entrevistado 04- Burocracia e equivalências. |
| Entrevistado 05- Adaptação, idioma, hábitos muito diferentes. | Entrevistado 06- Adaptação a cultura, moeda, idioma e hábitos. |
| Entrevistado 07- Falta de ajuda no processo. | Entrevistado 08- Equivalências. |
| Entrevistado 09- Adaptação, idioma, hábitos muito diferentes. | Entrevistado 10- Burocracia, escolha das disciplinas, equivalências. |
| Entrevistado 11- Receio e saudade. | Entrevistado 12- Descentralização das informações. |
| Entrevistado 13- Burocracia, aluguel, integração com colegas. | Entrevistado 14- Burocracia, demora na divulgação dos resultados. |
| Entrevistado 15- Idioma e ser independente. | Entrevistado 16- Administrar o valor da bolsa. |
| Entrevistado 17- Distância, falta de integração e apoio no destino. | Entrevistado 18- Idioma. |

Continuação...

Continua

| | |
|--|---|
| Entrevistado 19- Idioma. | Entrevistado 20- Encontrar acomodação e aprender a estudar no exterior. |
| Entrevistado 21- Estudar só em inglês. | Entrevistado 22- Falta de apoio na universidade receptora. |
| Entrevistado 23- Idioma. | Entrevistado 24- Pouco suporte, acomodação. |
| Entrevistado 25- Burocracia e equivalências. | Entrevistado 26- Burocracia e bolsas de Erasmus baixas. |
| 5) Quanto ao processo de aproveitamento das disciplinas | |
| Entrevistado 01- Houve aproveitamento total. | Entrevistado 02- Houve aproveitamento total. |
| Entrevistado 03- Houve aproveitamento total. | Entrevistado 04- Houve aproveitamento total. |
| Entrevistado 05- Houve aproveitamento total. | Entrevistado 06- Houve aproveitamento total. |
| Entrevistado 07- Não houve aproveitamento total. | Entrevistado 08- Houve aproveitamento da maioria das disciplinas. |
| Entrevistado 09- Houve aproveitamento total. | Entrevistado 10- Houve aproveitamento total. |
| Entrevistado 11- Em processo de aproveitamento. | Entrevistado 12- Houve aproveitamento da maioria das disciplinas (6/7). |
| Entrevistado 13- Houve aproveitamento da maioria das disciplinas. | Entrevistado 14- Não se aplica, intercâmbio realizado para realização de projeto. |
| Entrevistado 15- Houve aproveitamento total. | Entrevistado 16- Houve aproveitamento de 90% das disciplinas. |
| Entrevistado 17- Não houve aproveitamento total. | Entrevistado 18- Houve aproveitamento da maioria das disciplinas. |
| Entrevistado 19- Não houve aproveitamento total. | Entrevistado 20- Houve aproveitamento total. |
| Entrevistado 21- Em processo de aproveitamento. | Entrevistado 22- Não houve aproveitamento total. |
| Entrevistado 23- Não houve aproveitamento total (dificuldade no idioma). | Entrevistado 24- Houve aproveitamento total. |
| Entrevistado 25- Em processo de aproveitamento. | Entrevistado 26- Em processo de aproveitamento. |
| 6) Quanto ao suporte e apoio da Universidade de origem do acadêmico durante a mobilidade | |
| Entrevistado 01- Tratou de toda a burocracia sozinho. | Entrevistado 02- A Universidade sanava as dúvidas rapidamente e ofereceu suporte. |
| Entrevistado 03- Ofereceu todo o suporte necessário. | Entrevistado 04- O setor de Relações Internacionais sempre ajudou, porém o Serviço Acadêmico não facilitou na parte das unidades curriculares. |
| Entrevistado 05- Não houve suporte, tratou de toda a burocracia sozinho. | Entrevistado 06- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. |
| Entrevistado 07- Não houve suporte. Falta de informação e ajuda. | Entrevistado 08- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. |
| Entrevistado 09- Houve suporte porém informação incompleta sobre o aproveitamento de disciplinas. | Entrevistado 10- Houve suporte e muita informação. |
| Entrevistado 11- Satisfatório. | Entrevistado 12- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. |
| Entrevistado 13- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. | Entrevistado 14- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. |
| Entrevistado 15- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. | Entrevistado 16- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade, disponibiliza também informações online. |

Continuação...

Continua

| | |
|--|---|
| Entrevistado 17- Considerada ruim, chegou ao destino e não sabiam quem o acadêmico era. | Entrevistado 18- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. |
| Entrevistado 19- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade, muita informação. | Entrevistado 20- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade, sempre muito atentos. |
| Entrevistado 21- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade, também com burocracia. | Entrevistado 22- Não houve suporte por parte da Universidade. |
| Entrevistado 23- Obteve ajuda na universidade receptora. | Entrevistado 24- Não houve muito apoio e suporte por parte da Universidade. |
| Entrevistado 25- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. | Entrevistado 26- Houve apoio e suporte durante todo o processo de mobilidade. |
| 7) Quanto as melhorias que poderiam ser implantadas na Universidade de origem | |
| Entrevistado 01- Facilidade no intercâmbio de estudantes e ajuda monetária. | Entrevistado 02- Implantação do ensino lecionado em também em inglês, com duas opções de idiomas. |
| Entrevistado 03- Todas as aulas em inglês e professores com mais capacidade. | Entrevistado 04- Facilitar a alteração do plano de estudos |
| Entrevistado 05- Maior interação dos alunos locais com estudantes internacionais, aulas e informação em inglês e formação em língua inglesa para os funcionários da universidade. | Entrevistado 06- Aumento dos protocolos com Universidades, expandir para além da Europa. |
| Entrevistado 07- Maior informação e ajuda na escolha das disciplinas. | Entrevistado 08- Proporcionar contato com a língua inglesa a nível acadêmico, preparando os alunos para situações de intercâmbio (envio/recebimento de acadêmicos); dar mais informações sobre outras universidades. |
| Entrevistado 09- Maiores incentivos financeiros; acordo com companhia aérea para redução de custos, antecipar o pagamento da bolsa. | Entrevistado 10- Maior rapidez no envio do dinheiro das bolsas. |
| Entrevistado 11- Maior ajuda financeira. | Entrevistado 12- Maior interação entre as universidades; aumentar a prática nas aulas (laboratório, saídas de campo) para aliar com a teoria. |
| Entrevistado 13- Nada a acrescentar. | Entrevistado 14- Aumento no valor das bolsas, diminuição da burocracia. |
| Entrevistado 15- Nada a acrescentar. | Entrevistado 16- Maior facilidade de contato com os Coordenadores. |
| Entrevistado 17- Universidade receptora deve melhorar o acolhimento. | Entrevistado 18- Nada a acrescentar. |
| Entrevistado 19- Nada a acrescentar. | Entrevistado 20- Nada a acrescentar. |
| Entrevistado 21- Nada a acrescentar. | Entrevistado 22- Garantir que os erasmus tenham o mesmo padrão que o restante dos alunos. |
| Entrevistado 23- Palestras com relatos de experiências de mobilidade. | Entrevistado 24- Palestras todos os anos obrigatórias para informar os alunos, com relatos de experiências de mobilidade. |
| Entrevistado 25- Melhor divulgação. | Entrevistado 26- Modificar o modo de avaliação de modo que os alunos aprendam mais. |
| 8) Quanto ao tipo de mobilidade realizada pelo acadêmico (bolsas ou acordos) | |
| Entrevistado 01- Acordos entre as Universidades. | Entrevistado 02- Bolsa de mobilidade. |
| Entrevistado 03- Erasmus+. | Entrevistado 04- Bolsa de erasmus. |

Continuação...

Continua

| | |
|--|---|
| Entrevistado 05- Acordos entre as Universidades. | Entrevistado 06- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 07- Erasmus+. | Entrevistado 08- Acordos entre as Universidades. |
| Entrevistado 09- Bolsa de mobilidade. | Entrevistado 10- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 11- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 12- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 13- Bolsa Santander. | Entrevistado 14- Erasmus+. |
| Entrevistado 15- Erasmus+. | Entrevistado 16- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 17- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 18- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 19- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 20- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 21- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 22- Acordos entre as Universidades. |
| Entrevistado 23- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 24- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 25- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 26- Bolsa de erasmus. |
| 9) Quanto as bolsas oferecidas pela Universidade de origem que o acadêmico tem conhecimento | |
| Entrevistado 01- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 02- Bolsa de mobilidade. |
| Entrevistado 03- Várias bolsas do Erasmus+, entre outras de mobilidade. | Entrevistado 04- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 05- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 06- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 07- Erasmus+. | Entrevistado 08- Bolsa de mobilidade. |
| Entrevistado 09- Bolsa de mobilidade. | Entrevistado 10- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 11- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 12- Bolsa de erasmus, bolsa de mobilidade, Fullbright. |
| Entrevistado 13- Bolsa de erasmus, Bolsa Santander (para o Brasil, área da economia). | Entrevistado 14- Erasmus+. |
| Entrevistado 15- Erasmus+. | Entrevistado 16- Bolsas de Erasmus, Estágio Erasmus +, Erasmus Mundus. |
| Entrevistado 17- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 18- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 19- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 20- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 21- Três bolsas diferentes dependendo do país. | Entrevistado 22- Não sabe opinar. |
| Entrevistado 23- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 24- Bolsa de erasmus. |
| Entrevistado 25- Bolsa de erasmus. | Entrevistado 26- Bolsas de Erasmus, Estágio Erasmus +, Erasmus Mundus, Fullbright. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Em relação aos resultados obtidos por meio do questionário enviado aos alunos da Instituição B que realizaram mobilidade acadêmica, nota-se que a grande maioria soube da existência da mobilidade acadêmica através de relatos de amigos e colegas que já realizaram a mesma, dado o grande número de alunos que

participam de programas de mobilidade. Os alunos também foram informados pela própria Universidade, através de professores e do próprio site da instituição.

Mais da metade dos respondentes consideram que a divulgação dos programas de mobilidade acadêmica são bem divulgados na Instituição B, e apenas 4 alunos consideram que os programas não são bem divulgados.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a realizar mobilidade acadêmica, as razões mais mencionadas foram: *i)* conhecer novas culturas e idiomas; *ii)* experiência de vida pessoal, acadêmica e profissional; *iii)* vontade de viajar; *iv)* independência, sair da zona de conforto.

O principal desafio encontrado pelos acadêmicos durante a mobilidade foi o idioma, seguido pela burocracia envolvida no processo de intercâmbio e a adaptação no país receptor. As equivalências das disciplinas também foram citadas, assim como a dificuldade para encontrar acomodações e para administrar o valor da bolsa recebida, que vem de encontro com os desafios apontados na pesquisa realizada por Lima e Riegel (2014) com alunos de mobilidade acadêmica.

Um importante ponto identificado foi em relação ao aproveitamento das disciplinas realizadas na universidade de mobilidade. Nota-se que quase todos os acadêmicos conseguiram realizar o aproveitamento de todas ou quase todas as disciplinas, e apenas um acadêmico não fez aproveitamento visto que sua mobilidade foi destinada a realização de projetos e assim o aproveitamento não se aplica. Esta informação comprova a afirmação de Portugal (2014) sobre a facilidade de reconhecimento e validação de graus e diplomas estrangeiros.

Quanto ao suporte e apoio oferecidos pela Instituição B aos acadêmicos, apenas 4 alunos consideram que não houve suporte e trataram de toda a burocracia sozinhos, enquanto o restante dos respondentes obteve apoio e suporte da instituição, com exceção de 1 acadêmico que alega ter recebido suporte porém com carência de algumas informações.

Entre as melhorias na Instituição B sugeridas pelos acadêmicos que realizaram programas de mobilidade acadêmica, estão: *i)* melhores incentivos financeiros; *ii)* proporcionar maior contato com a língua inglesa a nível acadêmico; *iii)* explorar melhor os acordos de modo que haja maior interação entre as instituições e também dos alunos locais com os internacionais; *iv)* organização de palestras com relatos de alunos que voltaram de programas de mobilidade; *v)* diversificar o modo de avaliação e aplicação de exames; *vi)* após verificar o principal destino de

mobilidade dos acadêmicos, a criação um convênio da Instituição B com uma companhia aérea afim de diminuir os custos.

Quanto ao tipo de mobilidade realizada, dos acadêmicos da Instituição B que realizaram mobilidade acadêmica, com exceção de dois alunos que não receberam apoio financeiro devido ao programa de mobilidade ser através de acordos entre universidades, todos eles foram beneficiados com bolsas de estudo do programa *Erasmus*.

Sobre o conhecimento que os alunos possuem acerca das bolsas oferecidas pela Instituição B, com exceção de um que não sabe opinar, todos os acadêmicos citam o programa *Erasmus*. Alguns alunos citam também a *Fullbright*.

Com as respostas dos acadêmicos das duas instituições, foi possível elaborar o Quadro 7 para fins de comparação.

Quadro 7 - Quadro comparativo das opiniões dos acadêmicos.

| Instituição A | Instituição B |
|--|--|
| Quanto a forma do conhecimento da existência da mobilidade acadêmica | |
| Através da mídia da Universidade; e-mail do setor de Relações internacionais; divulgação em sala por parte do Coordenador do curso. | Através de relatos de amigos que realizaram mobilidade; Universidade; internet; colegas e professores. |
| Quanto a divulgação da mobilidade acadêmica na Universidade | |
| A mobilidade acadêmica não é bem divulgada na Universidade, falta informação. | É bem divulgada na Universidade. |
| Quanto aos motivos que levaram os acadêmicos a realizar a mobilidade | |
| Conhecer outras culturas, idiomas, e experiência de vida pessoal, acadêmica e profissional; vontade de viajar. | Conhecer outras culturas, idiomas, e experiência de vida pessoal, acadêmica e profissional; vontade de viajar; sair da zona de conforto. |
| Quanto as dificuldades e desafios encontrados durante a mobilidade | |
| Falta de auxílio e informação do setor de Relações Internacionais; dificuldade para encontrar acomodação e retirar o visto; validação das matérias; dificuldade em fazer amizades; idioma; saudade da família e amigos; administrar o valor da bolsa; adaptação. | Burocracia, idioma, adaptação; administrar o valor da bolsa e equivalências. |
| Quanto ao processo de aproveitamento das disciplinas | |
| Considerado um desafio para os estudantes. A maioria em processo de aproveitamento ou sem aproveitamento nenhum. Apenas 2 acadêmicos conseguiram aproveitar algumas matérias, sem aproveitamento total. | A maioria obteve total aproveitamento, a minoria obteve aproveitamento quase total. |
| Quanto ao suporte e apoio da Universidade de origem do acadêmico durante a mobilidade | |
| Insuficiente. Setor despreparado, ineficiente, desinformado, não sana as dúvidas dos acadêmicos e não oferece suporte. | Houve suporte e apoio da Universidade de origem durante a mobilidade. |
| Quanto as melhorias que poderiam ser implantadas na Universidade de origem | |

Continuação...

Continua

| | |
|--|--|
| Oferecer maior auxílio e acompanhamento do estudante; abertura de mais editais e mais bolsas; maior divulgação e exposição da mobilidade acadêmica; melhor qualificação profissional dos funcionários da Instituição A (incluindo professores para receber intercambistas); melhor interação entre o setor de Relações Internacionais e o departamento Acadêmico; melhor política de aproveitamento das disciplinas; lista de acomodações; realização de entrevista pós intercâmbio afim de coletar informações sobre o destino para ajudar o próximo acadêmico; incentivo de atividades extracurriculares; mais rigidez nas provas e trabalhos; gravação de aulas para estudo domiciliar; estimular alunos para fala de outro idioma. | Ajuda monetária; implantação do ensino também em inglês, maior interação de alunos locais e internacionais; palestras com relatos de experiências de mobilidade; mudança no método de avaliação. |
| Quanto ao tipo de mobilidade realizada pelo acadêmico (bolsas ou acordos) | |
| Predominantemente Bolsa Santander. | Predominantemente Bolsa de Erasmus. |
| Quanto as bolsas oferecidas pela Universidade de origem que o acadêmico tem conhecimento | |
| Bolsa Santander e Ciência sem Fronteiras. | Bolsa de Erasmus e Fullbright. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Os resultados alcançados demonstram que os alunos da Instituição A ficam sabendo da existência de mobilidade acadêmica através da mídia da Universidade, ou de e-mail do setor de Relações Internacionais, e alguns alunos também citam a divulgação em sala de aula por parte dos Coordenadores de seus respectivos cursos. Já os acadêmicos da Instituição B estão muito mais habituados com o tema mobilidade, visto que grande parte dos alunos realiza um programa de mobilidade acadêmica e o assunto acaba disseminando-se por “boca-a-boca”. Além disso, tomam conhecimento da existência dos programas através da Universidade, internet, e professores.

A divulgação dos programas de mobilidade na Instituição A é considerada ruim pelos respondentes da instituição, e o principal motivo é a falta de informação. Quanto à Instituição B, a mobilidade é bem divulgada. Pode-se relacionar o fato da divulgação com o número de acadêmicos que já realizaram programa de mobilidade, visto que na Instituição A o tema não é bem divulgado, e conseqüentemente, poucos alunos a realizaram, mas na Instituição B, com boa divulgação, o número de alunos que realizou intercâmbio é muito superior.

Os motivos que levaram estes acadêmicos a realizar mobilidade foram praticamente os mesmos. Os alunos de ambas as instituições citam a vontade de conhecer novas culturas e idiomas; a experiência de vida pessoal, acadêmica e profissional e a vontade de viajar. Alguns respondentes da Instituição B também foram motivados pela vontade de testar sua capacidade de adaptação, saindo da zona de conforto, que pode caracterizar uma pré disposição que os alunos deste país possuem para se tornarem independentes, contribuindo com o grande número de alunos que passam um período fazendo mobilidade.

Identificou-se uma forte dificuldade dos alunos da Instituição A em relação às informações e auxílio que o setor de Relações Internacionais da Universidade deveria prestar aos acadêmicos. A falta de auxílio e informação por parte da Instituição A foi citado como a maior dificuldade e desafio dos alunos. A obtenção do visto e saudade da família e amigos também foram mencionadas pelos acadêmicos desta instituição. Quanto às dificuldades em comum encontradas pelos acadêmicos de ambas as instituições, foram indicados o idioma do país de destino; a adaptação e assuntos relacionados às disciplinas cursadas. Para a instituição brasileira, a dificuldade foi em relação ao processo de aproveitamento das matérias. Para a instituição portuguesa, a dificuldade foi encontrar matérias com as mesmas equivalências das disciplinas na Universidade de origem. Além disso, a burocracia envolvida no processo de mobilidade foi muito citada pelos acadêmicos da Instituição B.

Dos respondentes da Instituição A, apenas 2 acadêmicos conseguiram realizar o aproveitamento de algumas matérias, não houve aproveitamento total. O restante não conseguiu efetivar o aproveitamento das matérias realizadas no exterior ou ainda encontra-se em processo de aproveitamento. Quanto aos alunos da Instituição B, todos eles conseguiram realizar o aproveitamento das disciplinas realizadas na instituição de mobilidade. A grande maioria conseguiu validar todas as disciplinas, e a minoria que não conseguiu aproveitar todas, alega que o motivo foi o idioma do país de destino e o pouco aproveitamento das matérias no exterior. Observa-se uma grande divergência quanto as estatísticas de aproveitamento de disciplinas cursadas no exterior das duas instituições, onde há uma grande dificuldade de validar as matérias na Instituição A, ao contrário da Instituição B, em que todos os alunos conseguem realizar o aproveitamento das mesmas. Esta

informação está diretamente ligada aos diferentes procedimentos requisitados pelas duas instituições para a validação das disciplinas.

Também houve divergência nas respostas dos acadêmicos das duas instituições quando questionados sobre o suporte oferecido pelas instituições de origem durante a mobilidade. Os acadêmicos da Instituição A consideram o suporte oferecido pelo setor de Relações Internacionais insuficiente, e justificam que o setor é despreparado, ineficiente e não sana as dúvidas dos acadêmicos em relação ao processo de mobilidade, não oferecendo o suporte necessário. Para os alunos da Instituição B, o setor de Relações Internacionais ofereceu o auxílio necessário para a realização do intercâmbio dos mesmos, com exceção de 4 alunos que argumentam que o auxílio oferecido foi insuficiente.

Entre as melhorias sugeridas pelos acadêmicos da Instituição A na própria instituição, a mais mencionada foi em relação à carência de auxílio que a Universidade deveria prestar aos acadêmicos em mobilidade. Em relação a este tópico, além do suporte que deveria ser oferecido, os alunos propõem a elaboração de uma lista de possíveis acomodações no destino de mobilidade (observa-se que a acomodação no exterior está entre uma das dificuldades citadas); assim como o recolhimento de informações úteis do acadêmico que retornou do intercâmbio para que a instituição possa auxiliar melhor o próximo acadêmico com o mesmo destino deste. Os alunos também sugerem uma melhor e maior divulgação dos programas de mobilidade, assim como um número maior de aberturas de editais e bolsas. É possível identificar que as melhorias propostas pelos alunos, vão de encontro com as dificuldades encontradas pelo mesmo. Além destas sugestões, os acadêmicos também sentem uma falta de preparação e qualificação dos profissionais da Instituição A, e recomendam que os mesmos sejam melhor preparados para atender os alunos, inclusive intercambistas. Em relação à dificuldade encontrada pelos alunos para realizar o aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior, eles sugerem que haja uma melhor interação entre o setor de Relações Internacionais e o departamento Acadêmico, e uma melhor política de aproveitamento das disciplinas. Por fim, em relação aos estudos, são sugeridos o maior incentivo de atividades extracurriculares, mais rigidez nas provas e trabalhos; gravação de aulas para estudo domiciliar e o estímulo dos alunos para fala de outro idioma.

Já os alunos da Instituição B sentem a necessidade de maior ajuda monetária no programa de mobilidade. A opção do ensino em inglês em todas as

disciplinas também é sugerido pelos mesmos, dada a dificuldade que encontraram nos idiomas dos países de destino, tendo o conhecimento que sua instituição de origem também recebe muitos intercambistas. A maior interação de alunos locais e internacionais e a realização de palestras com relatos de experiências de mobilidade também fazem parte das melhorias propostas, assim como a mudança no método de avaliação.

Percebe-se que há uma forte relação entre as melhorias sugeridas pelos acadêmicos de ambas as instituições e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos no destino de mobilidade. A quantidade de melhorias propostas pelos alunos da Instituição A é muito maior que o número de melhorias sugeridas pelos acadêmicos da Instituição B, o que leva a crer que há muito mais a ser trabalhado e qualificado na universidade brasileira do que na universidade portuguesa.

Em relação aos custos financeiros dos programas de mobilidade realizados pelos respondentes, a maioria dos acadêmicos da Instituição A foram contemplados com Bolsas Santander, onde somente a minoria realizou mobilidade proveniente de acordos entre as instituições, em que a responsabilidade sobre os custos é inteiramente do aluno. Ocorre o mesmo na Instituição B, onde os alunos foram contemplados com Bolsa Erasmus. Observa-se que em ambas as universidades a maioria dos programas de intercâmbio são realizadas através de bolsas.

Quando questionados a que tipos de bolsas de mobilidade a instituição de origem oferece aos acadêmicos, a maioria dos respondentes da Instituição A citaram que conhecem uma ou outra de todas as bolsas ofertadas (Bolsa Santander e Ciência sem Fronteiras), e alguns responderam que conhecem ambas. O mesmo ocorre com os alunos da Instituição B, que em geral também possuem conhecimento sobre as bolsas ofertadas (principalmente Bolsa Erasmus e também Fullbright).

5 CONCLUSÃO

Atualmente o fenômeno da globalização tornou o mercado de trabalho muito mais competitivo, visto que causou transformações nas áreas da educação, da economia, da tecnologia, entre outras, exigindo maior qualificação e melhor formação dos profissionais de toda e qualquer área.

Para os profissionais obterem uma boa formação e se tornarem competitivos, é necessário que passem por uma instituição de ensino superior de qualidade, visto que estas são responsáveis pela capacitação profissional das pessoas, e também necessitam se adequar às mudanças proporcionadas pela globalização.

O fenômeno em questão não só passou a exigir mais dos profissionais, como também favoreceu a diminuição das barreiras entre os países, ocasionando uma maior integração entre os mesmos, e facilitando a internacionalização, inclusive do ensino. O ensino superior então, viu-se na obrigação de adaptar-se às mudanças internacionalizando seu ensino, oferecendo por exemplo aos alunos programas de mobilidade acadêmica, contratando professores internacionais, assinando acordos e convênios com instituições de diferentes países, entre outras formas de internacionalização.

Neste contexto, o trabalho teve como objetivo geral “Identificar quais as convergências encontradas nas ações de mobilidade acadêmica em duas instituições de educação superior de diferentes países”, e para a elaboração do mesmo foram estudadas duas instituições de ensino superior: a Instituição A, localizada no Brasil, e a Instituição B, localizada em Portugal.

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi caracterizar as universidades que são os objetos do estudo e suas políticas de mobilidade estudantil, onde foi possível perceber que ambas as instituições são resultados de unificações de instituições previamente existentes. As duas Universidades oferecem mais do que apenas cursos de graduação. A Instituição A possui um Colégio integrado à Universidade, e oferece cursos tecnológicos e de pós-graduação. A Instituição B, além dos cursos de graduação, oferece também cursos técnicos superiores profissionais, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Em relação ao segundo objetivo específico do estudo, que consistiu em analisar o perfil dos estudantes que estão em processo de mobilidade acadêmica, verificou-se que os acadêmicos de ambas as instituições realizam mobilidade durante a mesma faixa etária, dos 19 aos 22 anos de idade, não trabalham e são solteiros. Outro ponto de convergência é o período de tempo que passam em mobilidade: um semestre.

Os acadêmicos da Instituição A que costumam realizar intercâmbio são em maior número de cursos como Comércio Exterior e Psicologia, seguido pelo curso de Direito e Engenharia Civil. Já em relação cursos dos respondentes da Instituição B, em sua maioria, os alunos são estudantes de Gestão de Empresas e Economia.

Quanto aos principais países de destino dos intercambistas da Instituição A, estão Espanha e Portugal, onde pode-se perceber que há uma influência do idioma. Em relação à Instituição B, os principais países de destino são Polônia, Espanha e República Tcheca, todos pertencentes à União Europeia, evidenciando a forte ligação que os países desta União possuem.

Analisando o terceiro objetivo específico, que foi apresentar a política de internacionalização das instituições em estudo, observou-se que a Instituição A possui acordos com 29 Universidades em 15 países, enquanto a Instituição B possui cerca de 320 Instituições parceiras em todo o mundo. Além dos acordos bilaterais com universidades no exterior, as duas instituições são beneficiadas com programas de bolsas de mobilidade para ofertá-las aos alunos. Ambas as instituições recebem e enviam intercambistas.

Quanto ao quarto objetivo específico do trabalho, que consistiu em conhecer a percepção dos estudantes em mobilidade sobre as políticas institucionais desenvolvidas pelas instituições, observou-se que os acadêmicos da Instituição A estão insatisfeitos com a instituição em relação a forma como a mesma lida com os alunos em mobilidade e assuntos pertinentes a todo este processo. Baseando-se nas respostas dadas destes acadêmicos nos questionários enviados, identificou-se a falta de acompanhamento da Instituição A para com estes alunos em mobilidade e a dificuldade que os mesmos possuem para realizar o aproveitamento das disciplinas cursadas nas universidades do exterior, devido a política de aproveitamento adotada pela Instituição.

Em relação às respostas obtidas dos alunos da Instituição B, os mesmos citam a demasiada burocracia para realizar um programa de mobilidade e as equivalências das disciplinas cursadas no exterior como pontos críticos e que deveriam ser revistos.

O último objetivo específico visou comparar as políticas de mobilidade a partir da percepção dos estudantes envolvidos. Analisando as respostas obtidas dos acadêmicos das duas instituições, observa-se que a Instituição A deveria disponibilizar mais editais e assinar mais acordos, além de reformular a política de aproveitamento das disciplinas, visto que a política atualmente em vigor dificulta muito o aproveitamento das matérias que os acadêmicos cursam no exterior, enquanto a Instituição B, aos olhos dos acadêmicos, deveria diminuir a burocracia requerida para os programas de mobilidade.

Observa-se que a Instituição B possui maior experiência e os alunos estão mais satisfeitos com sua ação em relação a internacionalização do ensino, não havendo assim críticas significativas à instituição. Já a Instituição A possui menor número de acordos e também um menor número de alunos que realizaram mobilidade acadêmica, o que influencia o modo com que lida com a internacionalização de seu ensino.

Diante do fato de que a internacionalização do ensino contribui positivamente para a formação do acadêmico, a Instituição A deveria explorar mais este benefício ao qual tem acesso, proporcionando aos seus alunos diferentes formas de experiências internacionais, seja enviando ou recebendo alunos de diferentes países, e preparando a Universidade para sua abertura ao mundo.

Para estudos futuros, sugere-se: a aplicação do questionário em outra instituição de ensino superior estrangeira para uma nova comparação com a Instituição A; a realização do mesmo estudo, porém com acadêmicos que a Instituição A recebe, afim de conhecer a percepção que os mesmos possuem da Universidade; uma pesquisa detalhada com os alunos da Instituição A que realizaram mobilidade, objetivando a melhoria dos procedimentos relacionados aos programas de mobilidade, e por fim, uma pesquisa semelhante com instituições do estado de Santa Catarina.

Conclui-se que a Instituição A necessita melhorar vários pontos relacionados ao envio de acadêmicos para o exterior, iniciando pela preparação dos mesmos para enfrentar este período fora do país, auxiliando-os em toda e qualquer

situação: antes, durante e após a realização da mobilidade acadêmica. A Instituição deve também rever sua política de aproveitamento de disciplinas cursadas em Instituições estrangeiras, a fim de haver um melhor aproveitamento das mesmas pelos acadêmicos que retornarem de mobilidade acadêmica, visto que a política atual dificulta este procedimento e pode caracterizar uma barreira para o envio de novos alunos ao exterior.

Em relação à Instituição B, conclui-se que a mesma já possui um bom nível de internacionalização e está no caminho certo para a excelência de internacionalização do ensino oferecido aos seus acadêmicos, com poucos pontos que possuem a necessidade de serem melhorados.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education: motivations and realities. **Journal of studies in international education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, Fall/Winter 2007.
- AMARAL, A. A reforma do ensino superior português. **Políticas do Ensino Superior – Quatro Temas em Debate**. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2007. Disponível em: <<http://www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/PolíticasEnsinoSuperior/pdf/4-introducao.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- AROCENA, R. e SUTZ, J. Latin american universities: from an original revolution to an uncertain transition. **Higher Education** nº 50, p. 573-592, Springer, 2005. Disponível em: <<http://portales.puj.edu.co/jagular/Latin.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2015.
- BOHRER, I. N.; PUEHRINGER, J. O.; SILVA, D. S.; NAIRDÓF, J. **A história das universidades: o despertar do conhecimento**. 10 f. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- BRASIL. **Saiba como funciona sistema de ensino superior no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- BRASIL. **Ciências sem fronteiras**. 2015 a. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação, MEC. **Censo da educação superior 2013**. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/textos/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 06 out. 2015.
- _____. Ministério da Educação, MEC. 2013b. **Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13938-produto-1-ciencia-sem-fronteira-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 set. 2015.
- _____. Ministério da Educação, MEC. **O que é o FIES**. 2015b. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- _____. Ministério da Educação, MEC. **O Prouni**. 2015c. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php>. Acesso em: 10 out. 2015.
- CABRAL, T. L. O.; SILVA, J. E. O.; SAITO, C. E.. Realidade do intercâmbio e da mobilidade acadêmica na Universidade Federal de Santa Catarina. 2011. **XI Colóquio Internacional sobre gestão universitária na américa do sul**. Florianópolis, 07 a 09 de dezembro de 2011.

CASTRO, A. A.; CABRAL NETO, A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 21, p. 69-96, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082/2322>>. Acesso em: 08 set. 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DOMINGUES, M. J. C. S; RABOCH, H. **A Internacionalização do Ensino Superior**: o caso da Universidade Regional de Blumenau. 172 EPA – VI Simpósio de Gestão e Estratégia em Negócios Seropédica, RJ, Brasil, Setembro de 2008.

DUARTE, R. G.; DE LIMA JÚNIOR, A. F.; BATISTA, R. V. L. O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: o caso das Pontifícias Universidades Católicas de Minas Gerais e do Paraná. **Revista Economia & Gestão**, v. 7, n. 14, p. 159-162, 2008.

FRANKLIN, L. A. S. **O processo de internacionalização do ensino superior no Brasil**: um estudo de caso na Universidade Federal de Viçosa. 2014. 79 f. Monografia (Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACA, C.; FREITAS, J. **Linhas gerais sobre a história da universidade conimbricense**: Das suas origens à reforma universitária pombalina de 1772. 2008. Disponível em: <http://www.esas.pt/jaca/docs/Historia%20da%20Universidade%20Conimbricense.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa**: Um guia prático. 1. ed. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KNIGHT, J. **Internationalization of higher education practices and priorities**: 2003 IAU Survey Report. Paris: International Association of Universities, 2003.

LAUS, S. P. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012. 331 f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LIMA, Manolita Correia; RIEGEL, Viviane. Motivações da mobilidade estudantil entre os estudantes do curso de Administração. **Guavira Letras (PPG-Letras)-ISSN 1980-1858 (Qualis A2)**, v. 1, n. 10, 2015.

LIMA, M. C.; RIEGEL, V. A influência da mobilidade acadêmica sobre a formação dos jovens. **Negócios e Talentos**, Porto Alegre, v. 2, n. 11, p. 70-80, 2013. Disponível em:

<<http://seer.uniritter.edu.br/index.php/negocios/article/viewArticle/675>> . Acesso em: 05 set. 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PINHEIRO, J. M. dos S. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2010.

PORDATA. Base de Dados de Portugal Contemporâneo. **Alunos matriculados no ensino superior: Total e por subsistema de ensino - Portugal**. 2015. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total++por+subsistema+de+ensino-1017>>. Acesso em: 05 out. 2015.

PORTUGAL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Relatório Nacional de Progresso – 2011**. 2011. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/AF1FD821-0DF0-4AE8-8F60-FA77A05BB726/7800/Relatorio_Nacional_Progresso2011.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Uma estratégia para a internacionalização do ensino superior português**. Portugal, 2014. Disponível em: <<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia/documentos-oficiais/20140926-mec-internacionalizacao-ensino-superior.aspx>>. Acesso em: 06 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Breve evolução histórica do sistema educativo**. 2003. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/portugal/historia.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

ROMEO, J. R. M. Higher Education in Latin America. **Higher Education in Europe**. Vol. XXVIII, nº 1, p. 41-49. Abril, 2003.

ROSSATO, R. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

ROSSATO, R. Universidade Brasileira: novos paradigmas institucionais emergentes. In: ISAIA, S. M. de A.; BOLZAN, D. P. V.; MACIEL, A. M. da R.. **Qualidade da educação superior: a universidade como lugar de formação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

RUIZ, J. Á. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAMPAIO, B.; GUIMARÃES, J. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 45-68, Janeiro – Março 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v13n1/v13n1a03.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2015.

SANTANDER UNIVERSIDADES. Programas de Bolsas de Estudo. 2016. Disponível em: <<https://www.santanderuniversidades.com.br/bolsas/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SANTOS, A. P. dos; CERQUEIRA, E. A. de. **Ensino superior**: trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35836>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica**: A construção do conhecimento. 6. ed. Rio De Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A quarta missão da universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Imprensa da Universidade de Coimbra e UNB, 2012.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIEBIGER, R. H. O processo de Bolonha e os novos espaços transnacionais de educação superior latino-americanos: a universidade brasileira em movimento. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 119-135, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82439>>. Acesso em: 06 set. 2015.

SOUZA, E. P. **Mapeando os Caminhos da Internacionalização de Instituições de Ensino Superior**. 2008. 233 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA JÚNIOR, J. M. A internacionalização e a mobilidade na educação superior: o debate na América Latina. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/ric/article/view/345>>. Acesso em: 29 out. 2015.

STALLIVIERI, L. O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. **Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Brasília**, v. 24, n. 48, 2002.

TEICHLER, U. The Changing debate on Internationalization of higher education. **Higher Education**. nº 48. 2004.

TRINDADE, H. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 122-133, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000300013&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 04 set. 2015.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris, 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 set. 2015.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. **Histórico**. 2016. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/91/5085>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE. **História**. 2016. Disponível em: <<https://www.ualg.pt/pt/content/sobre-ualg>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. **Programa Erasmus/Sócrates**. 2007. Disponível em: <<http://www.unl.pt>>. Acesso em: 15 set. 2015.

VAN DAMME, D.: Quality issues in the internationalization of higher education. **Higher Education**, nº 41, p. 415-441, 2001.

VILALTA, L. A. **A internacionalização do ensino superior brasileiro: conceito e características do processo em instituições privadas de ensino superior**. [Tese de Doutorado, PUC-SP]. São Paulo, 2012.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM COMÉRCIO EXTERIOR

Questionário semiestruturado para a entrevista semi-estruturada com os gestores das instituições de ensino superior em estudo:

1) A instituição promove programas de incentive para mobilidade acadêmica?

() SIM

() NÃO

Se sim, como:

2) Que tipo de bolsas a instituição oferece?

3) Com quantos países a instituição tem parcerias para mobilidade acadêmica?

4) Quantos acadêmicos da instituição já participaram da mobilidade acadêmica?

5) Para quais países os acadêmicos mais gostam de ir?

6) Quantos acadêmicos estão atualmente em mobilidade acadêmica? Em que países?

7) Quais os cursos da instituição que oferecem mobilidade acadêmica?

8) Quanto tempo em média os acadêmicos ficam no exterior?

9) Como acontece o aproveitamento da disciplinas cursadas nas instituições no exterior?

10) Qual a idade média dos acadêmicos que participam de mobilidade acadêmica?

11) Que outros tipos de acordos a instituição oferece aos acadêmicos?

12) Outro tipo de informação que achar relevante:

APÊNDICE B

Questionário para os acadêmicos que realizaram mobilidade acadêmica:

* Required

Nome: *

Your answer

Idade em que realizou a mobilidade acadêmica: *

Your answer

Estado Civil: *

Your answer

Curso: *

Your answer

Universidade/País de intercâmbio: *

Your answer

Período de intercâmbio: *

Your answer

Ocupação: *

Your answer

1) Como soube da existência da mobilidade acadêmica? *

Your answer

2) Ela é bem divulgada na Universidade? *

Your answer

3) O que o motivou a participar da mobilidade acadêmica? *

Your answer

4) Quais as dificuldades encontradas em todo o processo de mobilidade? E quais os desafios? *

Your answer

5) Como foi o processo de aproveitamento das disciplinas? Houve aproveitamento total? *

Your answer

6) A instituição que o enviou para o intercâmbio acadêmico lhe deu todo o suporte necessário relação aos procedimentos para a ida ao exterior e apoio enquanto esteve fora? Justifique. *

Your answer

7) Destaque melhorias que poderiam ser implantadas na Universidade, em relação a internacionalização do ensino, depois de sua experiência fora do país. *

Your answer

8) Sua mobilidade acadêmica foi através de bolsa ou acordos entre as Universidades? *

Your answer

9) Que tipos de bolsas sua Universidade oferece? *

Your answer

10) Descreva outro tipo de informação que achar relevante. *

Your answer

SUBMIT

Never submit passwords through Google Forms.